

**Subsídios
para a história da sociedade de informação
em Portugal**

Legislação nacional e comunitária

Lisboa, fevereiro 2013

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Subsídios para a história da sociedade de informação em Portugal : legislação nacional e comunitária

EDIÇÃO

Direção Geral da Segurança Social (DGSS)
Núcleo de Documentação e Divulgação (NUDD)
Largo do Rato, n.º 1 | 1269-144 Lisboa
Tel.: (+351) 21 381 7300
Fax: (+351) 21 388 9517
E-mail: dgss.nudd@seg-social.pt

Elaboração: Ester Liñares

Lisboa, fevereiro de 2013

© Direção Geral da Segurança Social (DGSS)

Índice

Apresentação	2
2013	3
2012	5
2011	12
2010	16
2009	19
2008	24
2007	29
2006	36
2005	40
2004	44
2003	47
2002	52
2001	56
2000	61
1999	64
1998	67
1997	69
1996	70
1995	71
1994	71
1992	72
1991	72
1990	72
1987	73
1985	73
1981	73

Apresentação

No âmbito das atribuições do NUDD, considerou-se de interesse organizar cronologicamente a legislação nacional e a legislação comunitária sobre uma realidade tão atual como a Sociedade de informação / Governo eletrónico / eEurope, atendendo a que, por força da evolução informática a que assistimos diariamente, nascem novas preocupações e colocam-se novas questões tornando-se imperativo saber delimitar as fronteiras de utilização não só das potencialidades informáticas mas principalmente da Internet que é, sem dúvida, uma das maiores inovações tecnológicas dos últimos séculos.

Apesar de todo o rigor com que foi elaborada a presente brochura, estamos conscientes das falhas que este trabalho terá, por isso não é um produto acabado nem o poderia ser. Estará em atualização constante. Começa em 1981 e percorre um longo caminho até aos dias de hoje.

Esperamos, no entanto, que possa ser útil aos técnicos da DGSS.

2013

[Portaria n.º 85/2013. D.R. n.º 41, Série I de 2013-02-27](#)

Ministérios das Finanças, da Economia e do Emprego e da Educação e Ciência

Primeira alteração à [Portaria 701-F/2008](#), de 29 de julho que regula a constituição, funcionamento e gestão do portal único da Internet dedicado aos contratos públicos (Portal dos Contratos Públicos)

[Decreto-Lei n.º 21/2013. D.R. n.º 33, Série I de 2013-02-15](#)

Ministério das Finanças

Estabelece o regime da utilização da transmissão eletrónica de dados para o cumprimento de formalidades declarativas nas áreas aduaneiras, dos impostos especiais de consumo e do imposto sobre os veículos, bem como a utilização dos respetivos sistemas informáticos para a comunicação dos atos praticados pela Autoridade Tributária e Aduaneira no âmbito dessas formalidades

[Despacho n.º 2266/2013. D.R. n.º 28, Série II de 2013-02-08](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Primeiro-Ministro

Designa os membros do Conselho Consultivo do Grupo de Projeto para Tecnologias de Informação e Comunicação (GPTIC)

[Lei n.º 10/2013. D.R. n.º 19, Série I de 2013-01-28](#)

Assembleia da República

Procede à 5.ª alteração da [Lei n.º 23/96](#), de 26 de julho, à 3.ª alteração da [Lei n.º 24/96](#), de 31 de julho, e à 7.ª alteração da [Lei n.º 5/2004](#), de 10 de fevereiro, (*Lei das Comunicações Eletrónicas*) no sentido de se atribuir maior eficácia à proteção do consumidor

[Despacho n.º 1202-A/2013. D.R. n.º 13, Suplemento, Série II de 2013-01-18](#)

Ministério da Economia e do Emprego - Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional e do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação

Declara o o interesse estratégico do Projeto de Investimento da Altranportugal, S.A. para efeitos de enquadramento nas tipologias de investimento suscetíveis de apoio no âmbito do Sistema de Incentivos à Inovação

[Despacho n.º 572/2013. D.R. n.º 7, Série II de 2013-01-10](#)

Ministérios das Finanças e da Educação e Ciência - Gabinetes dos Ministros de Estado e das Finanças e da Educação e Ciência

Alteração dos calendários de cumprimento contratual e respetivos montantes, no contrato de aquisição de equipamento informático no âmbito do programa e-escolinhas

Declaração de Retificação n.º 1-A/2013. D.R. n.º 3, Suplemento, Série I de 2013-01-04

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral

Retifica o [Decreto-Lei n.º 242/2012](#), de 7 de novembro de 2012, do Ministério das Finanças, que no uso de autorização concedida pela [Lei n.º 34/2012](#), de 23 de agosto, transpõe a Diretiva n.º [2009/110/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro, relativa ao acesso à atividade das instituições de moeda eletrónica, ao seu exercício e à sua supervisão prudencial, que altera as Diretivas n.ºs [2005/60/CE](#) e [2006/48/CE](#) e revoga a Diretiva n.º [2000/46/CE](#), publicado no Diário da República, n.º 215, 1.ª série, de 7 de novembro de 2012

2012

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2012. D.R. n.º 252, Série I de 2012-12-31](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova a Agenda Portugal Digital

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 111-E/2012. D.R. n.º 251, 4.º Suplemento, Série I de 2012-12-28](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Autoriza a despesa relativa ao fornecimento de serviços de comunicação de dados, de serviços de internet, de locação do equipamento terminal, de alojamento de servidores e interligação entre as redes lógicas das escolas dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico público, das escolas secundárias do ensino público e dos organismos centrais, regionais e tutelados do Ministério da Educação e Ciência pela PT Comunicações S.A.

[Declaração de Retificação n.º 75/2012. D.R. n.º 243, Série I de 2012-12-17](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral

Retifica a [Portaria n.º 343/2012](#), de 26 de outubro, do Ministério da Economia e do Emprego, que procede à quarta alteração à [Portaria n.º 314-B/2010](#), de 14 de junho, que define o modo de utilização do dispositivo eletrónico de matrícula para efeitos de cobrança eletrónica de portagens, publicada no Diário da República n.º 208, 1.ª série, de 26 de outubro

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 105/2012. D.R. n.º 242, Série I de 2012-12-14](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Autoriza o Ministério da Justiça a proceder à contratação de serviços de vigilância eletrónica para o período de 2013 a 2015

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2012. D.R. n.º 216, Série I de 2012-11-08](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital

[Decreto-Lei n.º 242/2012. D.R. n.º 215, Série I de 2012-11-07](#)

Ministério das Finanças

No uso de autorização concedida pela [Lei n.º 34/2012](#), de 23 de agosto, transpõe a Diretiva n.º [2009/110/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro, relativa ao acesso à atividade das instituições de moeda eletrónica, ao seu exercício e à sua supervisão prudencial, que altera as Diretivas n.ºs [2005/60/CE](#) e [2006/48/CE](#) e revoga a Diretiva n.º [2000/46/CE](#)

[Portaria n.º 653/2012. D.R. n.º 214, Série II de 2012-11-06](#)

Ministérios das Finanças e da Economia e do Emprego - Gabinetes dos Secretários de Estado do Orçamento e Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional

Aquisição de serviços especializados de «Desenvolvimento Aplicacional do Sistema de Informação do Programa Operacional Valorização do Território», para Desenvolvimento aplicacional sobre plataforma Microsoft Net e consultoria especializada na área de sistemas de informação, para manutenção evolutiva e corretiva do SIPOVT

[Portaria n.º 633/2012. D.R. n.º 211, Série II de 2012-10-31](#)

Ministérios das Finanças e da Saúde - Gabinetes do Ministro de Estado e das Finanças e do Secretário de Estado da Saúde

Autoriza a Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. (ACSS, I. P.), a assumir em 2012 o encargo com o contrato-programa com a SPMS, E. P. E., para vigorar em 2013 relativo aos sistemas de informação e comunicação do Serviço Nacional de Saúde, bem como do sistema de compras da saúde

[Decreto Regulamentar Regional n.º 27/2012/M. D.R. n.º 210, Série I de 2012-10-30](#)

Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo

Aprova a orgânica da Direção Regional de Informática

[Portaria n.º 343/2012. D.R. n.º 208, Série I de 2012-10-26](#)

Ministério da Economia e do Emprego

Quarta alteração à [Portaria n.º 314-B/2010](#), de 14 de junho, que define o modo de utilização do dispositivo eletrónico de matrícula para efeitos de cobrança eletrónica de portagens

[Despacho n.º 13872/2012. D.R. n.º 207, Série II de 2012-10-25](#)

Ministério da Economia e do Emprego - Gabinete do Ministro

Determina a criação de dois grupos de trabalho no âmbito do período de programação do QREN

[Portaria n.º 334/2012. D.R. n.º 205, Série I de 2012-10-23](#)

Ministérios da Justiça e da Saúde

Aprova os modelos de certificado de óbito e de certificado de óbito fetal e neonatal e os modelos de boletim de informação clínica e do formulário eletrónico para introdução dos dados resultantes de autópsia clínica, de autópsia médico-legal ou de perícia médico-legal a ela associada

[Portaria n.º 329/2012. D.R. n.º 204, Série I de 2012-10-22](#)

Ministérios da Administração Interna, da Justiça e da Saúde

Cria uma plataforma disponível na Internet, através de uma ligação segura (https) e mediante a atribuição de perfis de acesso por parte da entidade

responsável pelo tratamento da base de dados para o acesso ao Sistema de Informação dos Certificados de Óbito (SICO)

[Portaria n.º 330/2012. D.R. n.º 204, Série I de 2012-10-22](#)

Ministérios da Administração Interna, da Justiça e da Saúde

Aprova o modelo de guia de transporte para efeitos de remoção e transporte do cadáver e o modelo de boletim de óbito, a disponibilizar eletronicamente através do Sistema de Informação dos Certificados de Óbito (SICO)

[Portaria n.º 331/2012. D.R. n.º 204, Série I de 2012-10-22](#)

Ministérios da Justiça e da Saúde

Define os termos de transmissão eletrónica de dados ao Ministério Público através de mecanismos automáticos de interoperabilidade das informações registadas no Sistema de Informação dos Certificados de Óbito (SICO)

[Portaria n.º 318/2012. D.R. n.º 198, Série I de 2012-10-12](#)

Ministérios das Finanças e da Economia e do Emprego

Aprova várias peças dos procedimentos destinados à seleção do prestador ou prestadores do serviço universal de comunicações eletrónicas

[Despacho \(extrato\) n.º 13245/2012. D.R. n.º 196, Série II de 2012-10-10](#)

Presidência do Conselho de Ministros – Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Delegação de competências para a produção e divulgação de estatísticas oficiais na área da educação, formação e aprendizagem, da ciência e tecnologia e da sociedade de informação, nos termos do n.º 3 do artigo 24.º da lei do SEN

[Aviso n.º 147/2012. D.R. n.º 188, Série I de 2012-09-27](#)

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Torna público que a República da Áustria depositou junto do Secretário-Geral do Conselho da Europa, em 13 de junho de 2012, o seu instrumento de ratificação à Convenção sobre o Cibercrime, tendo emitido uma reserva e procedido a duas declarações

[Portaria n.º 284/2012. D.R. n.º 183, Série I de 2012-09-20](#)

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Economia e do Emprego

Primeira alteração à [Portaria n.º 131/2011](#), de 4 de abril, que cria um balcão único electrónico, designado «Balcão do empreendedor»

[Declaração de Retificação n.º 48/2012. D.R. n.º 181, Série I de 2012-09-18](#)

Presidência do Conselho de Ministros – Secretaria-Geral

Retifica a [Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 25/2012/A](#), de 27 de julho, que recomenda que seja

assegurado o funcionamento regular e de acessibilidade funcional das ligações à Internet no Grupo Ocidental, publicada no Diário da República, 1.^a série, n.º 145, de 27 de julho de 2012

[Lei n.º 46/2012. D.R. n.º 167, Série I de 2012-08-29](#)

Assembleia da República

Transpõe a Diretiva n.º [2009/136/CE](#), na parte que altera a Diretiva n.º [2002/58/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de julho, relativa ao tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade no setor das comunicações eletrónicas, procedendo à primeira alteração à [Lei n.º 41/2004](#), de 18 de agosto, e à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 7/2004](#), de 7 de janeiro

[Lei n.º 35/2012. D.R. n.º 163, Série I de 2012-08-23](#)

Assembleia da República

Procede à criação do fundo de compensação do serviço universal de comunicações eletrónicas previsto na Lei das Comunicações Eletrónicas, destinado ao financiamento dos custos líquidos decorrentes da prestação do serviço universal

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2012. D.R. n.º 151, Série I de 2012-08-06](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Altera a [Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2012](#), de 22 de maio, que aprova a contratação da prestação do serviço universal de comunicações eletrónicas, define os termos dos respetivos procedimentos concursais e autoriza a despesa inerente

[Despacho \(extrato\) n.º 10257/2012. D.R. n.º 147, Série II de 2012-07-31](#)

Tribunal da Relação de Lisboa

Grupo de trabalho para a informatização da Jurisprudência do Tribunal da Relação de Lisboa, a partir de 1 de setembro

[Decreto-Lei n.º 161/2012. D.R. n.º 147, Série I de 2012-07-31](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Altera a dependência e a composição do Conselho Gestor do Sistema de Certificação Eletrónica do Estado e extingue o Conselho Técnico de Credenciação, procedendo à terceira alteração ao [Decreto-Lei n.º 116-A/2006](#), de 16 de junho, que cria o Sistema de Certificação Eletrónica do Estado – Infraestrutura de Chaves Públicas

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 26/2012/A. D.R. n.º 146, Série I de 2012-07-30](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Recomenda ao Governo da República que crie um regime tarifário especial e transitório nos serviços de acesso à Internet nas ilhas das Flores e do Corvo

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 25/2012/A. D.R. n.º 145, Série I de 2012-07-27](#)

Região Autónoma dos Açores – Assembleia Legislativa

Recomenda que seja assegurado o funcionamento regular e de acessibilidade funcional das ligações à Internet no Grupo Ocidental

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2012. D.R. n.º 132, Série I de 2012-07-10](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Procede à primeira alteração à **[Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2011](#)**, de 14 de novembro, que cria o Grupo de Projeto para as Tecnologias de Informação e Comunicação

[Declaração de Retificação n.º 33/2012. D.R. n.º 132, Série I de 2012-07-10](#)

Presidência do Conselho de Ministros – Secretaria-Geral

Retifica a **[Portaria n.º 149/2012](#)**, de 16 de maio, dos Ministérios das Finanças e da Educação e Ciência, que aprova os Estatutos da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 95, de 16 de maio de 2012

[Despacho n.º 8742/2012. D.R. n.º 126, Série II de 2012-07-02](#)

Ministério da Saúde – Gabinete do Secretário de Estado da Saúde

Altera o **[despacho n.º 16519/2011](#)**, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 233, de 6 dezembro de 2011 (*Comissão para a Informatização Clínica - CIC*)

[Decreto-Lei n.º 126/2012. D.R. n.º 119, Série I de 2012-06-21](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Altera a orgânica da Agência para a Modernização Administrativa, I. P., aprovada pelo **[Decreto-Lei n.º 43/2012](#)**, de 23 de fevereiro

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2012. D.R. n.º 99, Série I de 2012-05-22](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova a contratação da prestação do serviço universal de comunicações eletrónicas, define os termos dos respetivos procedimentos concursais e autoriza a despesa inerente

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/2012. D.R. n.º 98, Série I de 2012-05-21](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova a lista dos sistemas operacionais críticos a que se refere o n.º 5 do artigo 1.º do **[Decreto-Lei n.º 107/2012](#)**, de 18 de maio (*Regula o dever de informação e a emissão de parecer prévio relativos à aquisição de bens e à prestação de serviços no domínio das tecnologias de informação e comunicação*)

[Portaria n.º 149/2012. D.R. n.º 95, Série I de 2012-05-16](#)

Ministérios das Finanças e da Educação e Ciência

Aprova os Estatutos da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2012. D.R. n.º 74, Série I de 2012-04-13](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Cria a Comissão Instaladora do Centro Nacional de Cibersegurança

[Despacho n.º 2843/2012. D.R. n.º 42, Série II de 2012-02-28](#)

**Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças
Gabinetes dos Secretários de Estado da Administração Local e
Reforma Administrativa e da Administração Pública**

Determina as formas de comunicação dos dados de caracterização de todas as entidades que integram a administração local no Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE) e a articulação da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) com a Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 8.º, da **[Lei n.º 57/2011](#)**, de 28 de Novembro [*Institui e regula o funcionamento do Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE)*]

[Decreto-Lei n.º 43/2012. D.R. n.º 39, Série I de 2012-02-23](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova a orgânica da Agência para a Modernização Administrativa, I. P.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2012. D.R. n.º 27, Série I de 2012-02-07](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o plano global estratégico de racionalização e redução de custos com as TIC na Administração Pública, apresentado pelo Grupo de Projeto para as Tecnologias de Informação e Comunicação (GPTIC)

[Decreto-Lei n.º 16/2012. D.R. n.º 19, Série I de 2012-01-26](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova a orgânica do Centro de Gestão da Rede Informática do Governo

[Lei n.º 5/2012. D.R. n.º 16, Série I de 2012-01-23](#)

Assembleia da República

Regula os requisitos de tratamento de dados pessoais para constituição de ficheiros de âmbito nacional, contendo dados de saúde, com recurso a tecnologias de informação e no quadro do Serviço Nacional de Saúde

[Plano de Ação Europeu \(2011-2015\) para a administração pública em linha](#) (2012/C 9/12) – Tirar partido das TIC para promover uma administração pública inteligente, sustentável e inovador: Parecer do Comité das Regiões

JOUE C 9/66, de 11.1.2012

Portaria n.º 2/2012. D.R. n.º 1, Série I de 2012-01-02

Ministério da Justiça

Regulamenta o acesso eletrónico da Comissão para a Eficácia das Execuções (CPEE) à informação disponível no sistema de informação de suporte à atividade dos tribunais (Citius) e no sistema de informação de suporte à atividade dos agentes de execução (SISAAE), e a prática de atos pela CPEE nestes sistemas de informação

2011

[Despacho n.º 16519/2011. D.R. n.º 233, Série II de 2011-12-06](#)

Ministério da Saúde – Gabinete do Secretário de Estado da Saúde

Cria a Comissão para a Informatização Clínica – CIC, a fim de delinear a orientação estratégica na área da informatização clínica do Serviço Nacional de Saúde (SNS), e estabelece a respetiva composição

[Despacho n.º 16171/2011. D.R. n.º 229, Série II de 2011-11-29](#)

Ministério da Justiça – Gabinete da Ministra

Plano de ação para a justiça na sociedade da informação

[Lei n.º 57/2011. D.R. n.º 228, Série I de 2011-11-28](#)

Assembleia da República

Institui e regula o funcionamento do Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE)

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2011. D.R. n.º 218, Série I de 2011-11-14](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Cria o Grupo de Projeto para as Tecnologias de Informação e Comunicação

[Portaria n.º 270/2011. D.R. n.º 183, Série I de 2011-09-22](#)

Ministérios das Finanças, dos Negócios Estrangeiros, da Administração Interna e da Justiça

Segunda alteração à [Portaria n.º 1245/2006](#) de 25 de agosto, que define o regime das taxas aplicadas à emissão do passaporte eletrónico

[Lei n.º 51/2011. D.R. n.º 176, Série I de 2011-09-13](#)

Assembleia da República

Altera a Lei das Comunicações Eletrónicas, que estabelece o regime jurídico aplicável às redes e serviços conexos e define as competências da Autoridade Reguladora Nacional neste domínio, transpondo as [Diretivas n.ºs 2002/19/CE](#), [2002/20/CE](#), [2002/21/CE](#), [2002/22/CE](#) e [2009/140/CE](#)

[Aviso n.º 15727/2011. D.R. n.º 153, Série II de 2011-08-10](#)

Agência Nacional de Compras Públicas, E. P. E.

Informa a entrada em vigor, a 1 de agosto de 2011, do acordo quadro de equipamento informático

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2011. D.R. n.º 131, Série I de 2011-07-11](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o Regimento do Conselho de Ministros do XIX Governo Constitucional e republica as regras de legística a observar no processo legislativo do Governo

[Despacho n.º 8771/2011. D.R. n.º 125, Série II de 2011-07-01](#)

Ministérios das Finanças e da Administração Pública, da Defesa Nacional, da Administração Interna, da Justiça, do Trabalho e da Solidariedade Social e da Saúde

Determina a repartição de encargos com a troca de informação eletrónica entre as instituições dos diferentes Estados membros da União Europeia, no âmbito do projeto «*Electronic exchange of social security information*» (EESSI), criado pela Comissão Europeia

[Portaria n.º 245/2011. D.R. n.º 119, Série I de 2011-06-22](#)

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Define os requisitos, as condições e as regras de funcionamento e de utilização da plataforma informática destinada ao envio dos instrumentos de gestão territorial para publicação no Diário da República e para depósito na Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

[Lei n.º 36/2011. D.R. n.º 118, Série I de 2011-06-21](#)

Assembleia da República

Estabelece a adoção de normas abertas nos sistemas informáticos do Estado

[Decreto-Lei n.º 70/2011. D.R. n.º 115, Série I de 2011-06-16](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Determina, de forma expressa, no âmbito do programa SIMPLEGIS, que certos decretos-leis não se encontram em vigor, em razão de caducidade, revogação tácita anterior ou revogação efetuada pelo presente decreto-lei

[Lei n.º 20/2011. D.R. n.º 98, Série I de 2011-05-20](#)

Assembleia da República

Cria o registo nacional dos serviços do Estado de todo o setor público administrativo

[Declaração de Retificação n.º 13/2011. D.R. n.º 97, Série I de 2011-05-19](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Centro Jurídico

Retifica a **[Portaria n.º 157/2011](#)**, de 13 de abril, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, que homologa o adicional e as alterações ao protocolo que criou o Centro de Formação Profissional da Indústria Eletrónica (CINEL) em anexo à **[Portaria n.º 361/87](#)**, de 30 de abril, publicada no Diário da República, 1.ª Série, n.º 73, de 13 de abril de 2011

[Edital n.º 428/2011. D.R. n.º 89, Série II de 2011-05-09](#)

Freguesia de São Martinho do Porto

Projeto de Regulamento de Posto Público de Internet

[Portaria n.º 157/2011. D.R. n.º 73, Série I de 2011-04-13](#)

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Homologa o adicional e as alterações ao protocolo que criou o Centro de Formação Profissional da Indústria Eletrónica (CINEL) em anexo à **[Portaria n.º 361/87](#)**, de 30 de abril

[Portaria n.º 135-A/2011. D.R. n.º 66, Série I, 1º Suplemento de 2011-04-04](#)

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Altera a **[Portaria n.º 314-B/2010](#)**, de 14 de junho, alterada pelas **[Portarias n.ºs 1033-C/2010](#)**, de 6 de outubro, e **[1296-A/2010](#)**, de 20 de dezembro, que define o modo de utilização do dispositivo eletrónico de matrícula para efeitos de cobrança eletrónica de portagens

[Portaria n.º 131/2011. D.R. n.º 66, Série I de 2011-04-04](#)

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Economia, da Inovação e Desenvolvimento

Cria um balcão único eletrónico, designado “Balcão do empreendedor”

[Decreto-Lei n.º 48/2011. D.R. n.º 65, Série I de 2011-04-01](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Simplifica o regime de acesso e de exercício de diversas atividades económicas no âmbito da iniciativa “Licenciamento zero”, no uso da autorização legislativa concedida pela **[Lei n.º 49/2010](#)**, de 12 de novembro, e pelo artigo 147.º da **[Lei n.º 55-A/2010](#)**, de 31 de dezembro

[Resolução da Assembleia da República n.º 37/2011. D.R. n.º 52, Série I de 2011-03-15](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo a adoção de sistemas de comunicação eletrónicos em substituição de reuniões presenciais

[Resolução da Assembleia da República n.º 36/2011. D.R. n.º 52, Série I de 2011-03-15](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo que utilize sistemas de teleconferência e videoconferência em substituição de reuniões presenciais

[Decreto-Lei n.º 33/2011. D.R. n.º 46, Série I de 2011-03-07](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Adota medidas de simplificação dos processos de constituição das sociedades por quotas, passando o capital social a ser livremente definido pelos sócios

[Recomendação n.º 2011/136/UE da Comissão Europeia de 2011-03-01](#)

Sobre orientações para a aplicação das regras de proteção de dados no Sistema de Cooperação no domínio da Defesa do Consumidor (CPCS)

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2011. D.R. n.º 27, Série I de 2011-02-08](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Determina o lançamento do Programa *e.escola 2.0*, continuando a garantir aos alunos do ensino secundário o acesso às tecnologias de informação, promovendo a infoinclusão

[Portaria n.º 54/2011. D.R. n.º 20, Série I de 2011-01-28](#)

Ministério da Justiça

Cria o serviço de disponibilização *online* de informação não certificada, existente sobre a descrição do prédio e a identificação do proprietário, designado por informação predial simplificada

[Despacho n.º 1246/2011. D.R. n.º 10, Série II de 2011-01-14](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

Aprova os formulários eletrónicos de transmissão de dados pelas entidades abrangidas pelo âmbito de aplicação da base de dados da publicidade institucional do Estado e outras entidades públicas

[Decreto-Lei n.º 2/2011. D.R. n.º 4, Série I de 2011-01-06](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Concretiza uma medida do programa SIMPLEGIS através da alteração da forma de aprovação e do local de publicação de determinados atos, substituindo a sua publicação no Diário da República por outras formas de divulgação pública que tornem mais fácil o acesso à informação

2010

[Portaria n.º 1297/2010. D.R. n.º 245, Série I de 2010-12-21](#)

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças e da Administração Pública

Aprova as normas e as especificações técnicas necessárias à gestão e ao funcionamento da base de dados da publicidade institucional do Estado e outras entidades públicas

[Portaria n.º 1296-A/2010. D.R. n.º 244, Série I, 1º Suplemento de 2010-12-20](#)

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Segunda alteração à **[Portaria n.º 314-B/2010](#)**, de 14 de junho, que define o modo de utilização do dispositivo eletrónico de matrícula para efeitos de cobrança eletrónica de portagens

[Declaração de Retificação n.º 36/2010. D.R. n.º 238, Série I de 2010-12-10](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Centro Jurídico

Retifica a **[Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2010](#)**, de 11 de outubro, que aprova o Regimento do Conselho de Ministros do XVIII Governo Constitucional e concretiza diversas medidas do programa de simplificação legislativa SIMPLEGIS, publicada no Diário da República, 1.ª Série, n.º 197, de 11 de outubro de 2010

[Portaria n.º 879-A/2010. D.R. n.º 231, Série II, 2º Suplemento de 2010-11-29](#)

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Gabinete do Ministro

Aprova os modelos oficiais do recibo designado de recibo verde eletrónico

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2010. D.R. n.º 225, Série I de 2010-11-19](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova a Agenda Digital 2015, iniciativa inserida no âmbito do Plano Tecnológico

[Resolução da Assembleia da República n.º 120/2010. D.R. n.º 220, Série I de 2010-11-12](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo a criação de um portal Internet dedicado à exportação de produtos portugueses

[Lei n.º 49/2010. D.R. n.º 220, Série I de 2010-11-12](#)

Assembleia da República

Autoriza o Governo a simplificar o regime de acesso e de exercício de diversas atividades económicas no âmbito da iniciativa “Licenciamento zero”

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2010. D.R. n.º 197, Série I de 2010-10-11](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o Regimento do Conselho de Ministros do XVIII Governo Constitucional e concretiza diversas medidas do programa de simplificação legislativa SIMPLEGIS

[Portaria n.º 1033-C/2010. D.R. n.º 194, Série I, 1º Suplemento de 2010-10-06](#)

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Primeira alteração à **[Portaria n.º 314-B/2010](#)**, de 14 de junho, que define o modelo de utilização do dispositivo eletrónico de matrícula para efeitos de cobrança eletrónica de portagens

[Portaria n.º 1033-B/2010. D.R. n.º 194, Série I, 1º Suplemento de 2010-10-06](#)

Ministérios da Administração Interna, da Justiça e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Primeira alteração à **[Portaria n.º 314-A/2010](#)**, de 14 de junho, que estabelece os termos e as condições a que obedece o tratamento das bases de dados obtidos mediante a identificação ou a deteção eletrónica de veículos através do dispositivo eletrónico de matrícula

[Regulamento \(UE\) n.º 821/2010 da Comissão de 2010-09-17](#)

Que aplica o **[Regulamento \(CE\) n.º 808/2004](#)** do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às estatísticas comunitárias sobre a sociedade da informação
(Texto relevante para efeitos do EEE)

[Portaria n.º 694/2010. D.R. n.º 158, Série I de 2010-08-16](#)

Ministérios da Administração Interna, da Justiça e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Procede à terceira alteração da **[Portaria n.º 469/2009](#)**, de 6 de maio, que estabelece os termos das condições técnicas e de segurança em que se processa a comunicação eletrónica para efeitos da transmissão de dados de tráfego e de localização relativos a pessoas singulares e a pessoas coletivas, bem como dos dados conexos necessários para identificar o assinante ou o utilizador registado e revoga a **[Portaria n.º 131/2010](#)**, de 2 de março

[Portaria n.º 471/2010. D.R. n.º 131, Série I de 2010-07-08](#)

Ministério da Justiça

Quarta alteração à [Portaria n.º 114/2008](#), de 6 de fevereiro, que regula vários aspetos da tramitação eletrónica dos processos judiciais

[Portaria n.º 426/2010. D.R. n.º 124, Série I de 2010-06-29](#)

Ministério da Justiça

Procede ao ajustamento dos valores devidos pela emissão de certidão *online* de registo de veículos, pelas informações dadas por escrito e fotocópias não certificadas de registo predial e pela emissão de certidão permanente de registo predial e procede à cessação do período transitório no âmbito do registo predial

[Portaria n.º 363/2010. D.R. n.º 120, Série I de 2010-06-23](#)

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Regulamenta a certificação prévia dos programas informáticos de faturação do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

[Portaria n.º 314-B/2010. D.R. n.º 113, Série I, 1º Suplemento de 2010-06-14](#)

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Define o modo de utilização do dispositivo eletrónico de matrícula para efeitos de cobrança eletrónica de portagens

[Portaria n.º 314-A/2010. D.R. n.º 113, Série I, 1º Suplemento de 2010-06-14](#)

Ministérios da Administração Interna, da Justiça e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Estabelece os termos e as condições a que obedece o tratamento das bases de dados obtidos mediante a identificação ou a deteção eletrónica de veículos através do dispositivo eletrónico de matrícula

[Decisão dos representantes dos Governos dos Estados-Membros de 2010-05-31](#)

Sobre a localização da sede do Gabinete do Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações Eletrónicas (ORECE)
(2010/349/UE)

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/2010. D.R. n.º 45, Série I de 2010-03-05](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Cria, na vigência do atual Governo, uma rede de pontos focais – Rede de Coordenação Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico

2009

[Lei n.º 119/2009. D.R. n.º 251, Série I de 2009-12-30](#)

Assembleia da República

Primeira alteração à [Lei n.º 110/2009](#), de 16 de setembro, que estabelece uma nova data para a entrada em vigor do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social

[Diretiva 2009/140/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 2009-11-25](#)

Altera a [Diretiva 2002/21/CE](#) relativa a um quadro regulamentar comum para as redes e serviços de comunicações eletrónicas, a [Diretiva 2002/19/CE](#) relativa ao acesso e interligação de redes de comunicações eletrónicas e recursos conexos e a [Diretiva 2002/20/CE](#) relativa à autorização de redes e serviços de comunicações eletrónicas

[Regulamento \(CE\) n.º 1023/2009 da Comissão de 2009-10-29](#)

Que aplica o [Regulamento \(CE\) n.º 808/2004](#) do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às estatísticas comunitárias sobre a sociedade da informação (*Texto relevante para efeitos do EEE*)

[Portaria n.º 1264/2009. D.R. n.º 201, Série I de 2009-10-16](#)

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Aprova os modelos de anúncios previstos no regime jurídico do património imobiliário público e determina o local de publicitação na Internet

[Portaria n.º 1256/2009. D.R. n.º 199, Série I de 2009-10-14](#)

Ministério da Justiça

Regulamenta a disponibilização de modelos de projetos de fusão e de cisão e altera o Regulamento do Registo Comercial e a [Portaria n.º 1416-A/2006](#), de 19 de dezembro

[Portaria n.º 1254/2009. D.R. n.º 199, Série I de 2009-10-14](#)

Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Justiça

Regulamenta o envio, por via eletrónica, do requerimento de isenção de impostos, emolumentos e outros encargos legais, previsto no n.º 6 do artigo 60.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, no momento do pedido de registo do projeto de fusão ou de cisão, quando promovido através da Internet, e altera a [Portaria n.º 1098/2008](#), de 30 de setembro

[Declaração de Retificação n.º 75/2009. D.R. n.º 197, Série I de 2009-10-12](#)

Assembleia da República

Retifica a [Lei n.º 99/2009](#), de 4 de setembro, que aprova o regime quadro das contraordenações do setor das comunicações, publicada no Diário da República, 1.ª Série, n.º 172, de 4 de setembro de 2009

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2009. D.R. n.º 192, Série I de 2009-10-02](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Cria a Rede Interministerial de Tecnologias de Informação e Comunicação e aprova normas para a identificação, autenticação e assinatura eletrónicas de cidadãos perante a Administração

[Decreto-Lei n.º 274/2009. D.R. n.º 192, Série I de 2009-10-02](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Regula o procedimento de consulta de entidades, públicas e privadas, realizado pelo Governo

[Decreto-Lei n.º 258/2009. D.R. n.º 187, Série I de 2009-09-25](#)

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

No uso da autorização legislativa concedida pela [Lei n.º 32/2009](#), de 9 de julho, que determina a aplicação do [Decreto-Lei n.º 123/2009](#), de 21 de maio, às infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas detidas, geridas ou utilizadas pelas empresas de comunicações eletrónicas, sujeitando-as ao regime de acesso aberto, procede à terceira alteração da [Lei n.º 5/2004](#), de 10 de fevereiro, e à primeira alteração do [Decreto-Lei n.º 123/2009](#), de 21 de maio

[Portaria n.º 1109/2009. D.R. n.º 187, Série I de 2009-09-25](#)

Ministério da Justiça

Determina o suporte informático para os atos e processos de registo civil e regulamenta a reconstituição de atos e processos de registo

[Lei n.º 110/2009. D.R. n.º 180, Série I de 2009-09-16](#)

Assembleia da República

Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social

[Lei n.º 109/2009. D.R. n.º 179, Série I de 2009-09-15](#)

Assembleia da República

Aprova a Lei do Cibercrime, transpondo para a ordem jurídica interna a [Decisão Quadro n.º 2005/222/JAI](#), do Conselho, de 24 de fevereiro, relativa a ataques contra sistemas de informação, e adapta o direito interno à [Convenção sobre Cibercrime do Conselho da Europa](#)

[Lei n.º 99/2009. D.R. n.º 172, Série I de 2009-09-04](#)

Assembleia da República

Aprova o regime quadro das contraordenações do setor das comunicações

[Recomendação da Comissão das Comunidades Europeias de 2009-08-20](#)

Sobre literacia mediática no ambiente digital para uma indústria audiovisual e de conteúdos mais competitiva e uma sociedade do conhecimento inclusiva

[Portaria n.º 915/2009. D.R. n.º 159, Série I de 2009-08-18](#)

Ministérios da Administração Interna, da Justiça e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Primeira alteração à [Portaria n.º 469/2009](#), de 6 de maio, que estabelece os termos das condições técnicas e de segurança em que se processa a comunicação eletrónica para efeitos da transmissão de dados de tráfego e de localização relativos a pessoas singulares e a pessoas coletivas, bem como dos dados conexos necessários para identificar o assinante ou o utilizador registado

[Portaria n.º 866/2009. D.R. n.º 156, Série I de 2009-08-13](#)

Ministério da Economia e da Inovação

Determina que a Direção-Geral do Consumidor disponibilize em ambiente eletrónico uma rede telemática de informação comum (RTIC) que assegure às entidades reguladoras e de controlo de mercado sectorialmente competentes uma plataforma para a gestão das reclamações

[Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões de 2009-08-04](#)

Relatório sobre a competitividade da Europa em matéria digital: principais resultados da estratégia "i2010" entre 2005 e 2009

[COM(2009) 390 final. *Não publicada no Jornal Oficial*]

[Lei n.º 32/2009. D.R. n.º 131, Série I de 2009-07-09](#)

Assembleia da República

Autoriza o Governo a legislar sobre o regime de acesso aberto às infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas e a estabelecer o regime de impugnação dos atos do ICP-ANACOM aplicáveis no âmbito do regime de construção, acesso e instalação de redes e infraestruturas de comunicações eletrónicas

[Portaria n.º 696/2009. D.R. n.º 124, Série I de 2009-06-30](#)

Ministério da Justiça

Estabelece os termos e condições da disponibilização de acessos eletrónicos com valor de certidão às procurações registadas através da Internet

[Declaração de Retificação n.º 43/2009. D.R. n.º 121, Série I de 2009-06-25](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Centro Jurídico

Retifica o [Decreto-Lei n.º 123/2009](#), de 21 de maio, do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, que define o regime jurídico da construção, do acesso e da instalação de redes e infraestruturas de comunicações eletrónicas

[Decreto-Lei n.º 143/2009. D.R. n.º 114, Série I de 2009-06-16](#)

Ministério da Economia e da Inovação

Primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 372/2007](#), de 6 de novembro, que cria a certificação por via eletrónica de micro, pequena e média empresas e permite aferir o estatuto de PME de qualquer empresa, de acordo com a definição e critérios previstos na [Recomendação n.º 2003/361/CE](#), da Comissão Europeia, de 6 de maio

[Portaria n.º 597/2009. D.R. n.º 108, Série I de 2009-06-04](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece os termos a que obedece o registo das entidades certificadoras que emitem certificados qualificados previsto no n.º 2 do artigo 9.º do [Decreto-Lei n.º 290-D/99](#), de 2 de agosto, e revoga a [Portaria n.º 1350/2004](#), de 23 de outubro

[Decreto-Lei n.º 123/2009. D.R. n.º 98, Série I de 2009-05-21](#)

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Define o regime jurídico da construção, do acesso e da instalação de redes e infraestruturas de comunicações eletrónicas

[Portaria n.º 469/2009. D.R. n.º 87, Série I de 2009-05-06](#)

Ministérios da Administração Interna, da Justiça e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Estabelece os termos das condições técnicas e de segurança em que se processa a comunicação eletrónica para efeitos da transmissão de dados de tráfego e de localização relativos a pessoas singulares e a pessoas coletivas, bem como dos dados conexos necessários para identificar o assinante ou o utilizador registado

[Portaria n.º 458-B/2009. D.R. n.º 85, Série I, Suplemento de 2009-05-04](#)

Ministério da Justiça

Primeira alteração à [Portaria n.º 1538/2008](#), de 30 de dezembro, que altera e republica a [Portaria n.º 114/2008](#), de 6 de fevereiro, que regula vários aspetos da tramitação eletrónica dos processos judiciais

[Decreto-Lei n.º 88/2009. D.R. n.º 70, Série I de 2009-04-09](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Procede à quarta alteração ao [Decreto-Lei n.º 290-D/99](#), de 2 de agosto, que estabelece o regime jurídico dos documentos eletrónicos e da assinatura digital, e à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 116-A/2006](#), de 16 de junho, que cria o Sistema de Certificação Eletrónica do Estado

[Portaria n.º 331-B/2009. D.R. n.º 62, Série I, 1º Suplemento de 2009-03-30](#)

Ministério da Justiça

Regulamenta vários aspetos das ações executivas cíveis

Portaria n.º 331-A/2009. D.R. n.º 62, Série I, 1º Suplemento de 2009-03-30

Ministérios das Finanças e da Administração Pública, da Justiça e do Trabalho e da Solidariedade Social

Regulamenta os meios eletrónicos de identificação do executado e dos seus bens e da citação eletrónica de instituições públicas, em matéria de ação executiva

Portaria n.º 313/2009. D.R. n.º 62, Série I de 2009-03-30

Ministério da Justiça

Regula a criação de uma lista pública de execuções, disponibilizada na Internet, com dados sobre execuções frustradas por inexistência de bens penhoráveis

Portaria n.º 311/2009. D.R. n.º 62, Série I de 2009-03-30

Ministério da Justiça

Determina que a informação constante do Sistema de Informação da Classificação Portuguesa de Atividades Económicas (SICAE) é de acesso público e gratuito, através de sítio da Internet mantido pelo Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Portaria n.º 307/2009. D.R. n.º 59, Série I de 2009-03-25

Ministério da Justiça

Estabelece o regime do registo de procurações e respetivas extinções e os termos em que se processa a circulação eletrónica de dados e documentos

Despacho n.º 7582/2009. D.R. n.º 52, Série II de 2009-03-16

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

Novo portal da DGCI (*Procede à renovação do portal da Direção-Geral dos Impostos (DGCI) verificando-se a junção dos conteúdos dos atuais sítios <http://www.dgci.min-financas.pt> e <http://www.e-financas.gov.pt>, passando a existir um único sítio orientado para o utilizador com novas funcionalidades. Determina, ainda, que a referência feita na diversa legislação aos sítios <http://www.dgci.min-financas.pt> e <http://www.e-financas.gov.pt> deva ler-se e passar a ser designada <http://www.portaldasfinancas.gov.pt>)*

Decreto-Lei n.º 62/2009. D.R. n.º 48, Série I de 2009-03-10

Ministério da Economia e da Inovação

Procede à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 7/2004](#), de 7 de janeiro, que transpõe para a ordem jurídica nacional a [Diretiva n.º 2000/31/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho, relativa a certos aspetos legais dos serviços da sociedade de informação, em especial do comércio eletrónico, no mercado interno

[Decreto Regulamentar n.º 3/2009. D.R. n.º 23, Série I de 2009-02-03](#)

Ministério da Justiça

Regulamenta o artigo 1.º da [Lei n.º 19/2008](#), de 21 de abril, que tem por objeto a criação no âmbito do Ministério da Justiça de uma base de dados de procurações

[Portaria n.º 4/2009. D.R. n.º 1, Série I de 2009-01-02](#)

Ministério da Justiça

Aprova os modelos do cartão da empresa e do cartão de pessoa coletiva, regulamenta o respetivo pedido de emissão por via eletrónica e altera o Regulamento do Registo Comercial

[Portaria n.º 3/2009. D.R. n.º 1, Série I de 2009-01-02](#)

Ministério da Justiça

Regulamenta a marcação prévia da data da realização dos procedimentos de constituição imediata de sociedades em que o capital seja total ou parcialmente realizado mediante entradas em bens diferentes de dinheiro sujeitos a registo, nos termos do artigo 4.º-A do [Decreto-Lei n.º 111/2005](#), de 8 de julho

2008

[Decreto-Lei n.º 247-B/2008. D.R. n.º 251, Série I, 1º Suplemento de 2008-12-30](#)

Ministério da Justiça

Cria e regula o cartão da empresa e o Sistema de Informação da Classificação Portuguesa de Atividades Económicas (SICAE) e adota medidas de simplificação no âmbito dos regimes do Registo Nacional de Pessoas Coletivas (RNPC), do Código do Registo Comercial, dos procedimentos simplificados de sucessão hereditária e divórcio com partilha, do regime especial de constituição imediata de sociedades (“empresa na hora”) e do regime especial de constituição online de sociedades comerciais e civis sob forma comercial (“empresa on-line”), do regime especial de constituição imediata de associações (“associação na hora”) e do regime especial de criação de representações permanentes em Portugal de entidades estrangeiras (“sucursal na hora”)

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/2008. D.R. n.º 251, Série I de 2008-12-30](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Cria o Sistema de Controlo dos Atos Normativos (SCAN), aprovando medidas destinadas ao controlo automatizado e ao acompanhamento das necessidades de emissão de atos normativos

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 196/2008. D.R. n.º 251, Série I de 2008-12-30](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece um compromisso de redução de encargos administrativos para as empresas, a integrar nos Programas Legislar Melhor e de Simplificação Administrativa e Legislativa - SIMPLEX, e define a forma de coordenação e acompanhamento a nível nacional do Programa de Ação para a Redução dos Encargos Administrativos na União Europeia

[Portaria n.º 1538/2008. D.R. n.º 251, Série I de 2008-12-30](#)

Ministério da Justiça

Altera e republica a [Portaria n.º 114/2008](#), de 6 de fevereiro, que regula vários aspetos da tramitação eletrónica dos processos judiciais

[Portaria n.º 1536/2008. D.R. n.º 251, Série I de 2008-12-30](#)

Ministério da Justiça

Altera a [Portaria n.º 99/2008](#), de 31 de janeiro, que regulamenta a promoção *online* de atos de registo de veículos, a certidão *online* de registo de veículos, a promoção de atos de registo de veículos pelo vendedor que tenha por atividade principal a compra de veículo para revenda, a promoção de atos de registo de veículos pelo vendedor que proceda com caráter de regularidade à transmissão da propriedade de veículos e a promoção *online* do registo da penhora de veículos

[Portaria n.º 1535/2008. D.R. n.º 251, Série I de 2008-12-30](#)

Ministério da Justiça

Regulamenta o depósito eletrónico de documentos particulares autenticados e o pedido *online* de atos de registo predial

[Despacho n.º 32639-A/2008. D.R. n.º 249, Série II, 2.º Suplemento de 2008-12-26](#)

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e da Administração Pública, das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Atribui as funções de entidade supervisora das plataformas eletrónicas previstas no Código dos Contratos Públicos ao Centro de Gestão da Rede Informática do Governo (CEGER)

[Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões de 2008-12-01](#)

Para uma sociedade da informação acessível
[COM(2008) 804 final. *Não publicada no Jornal Oficial*]

[Decisão-Quadro 2008/977/JAI do Conselho de 2008-11-27](#)

Relativa à proteção dos dados pessoais tratados no âmbito da cooperação policial e judiciária em matéria penal

[Despacho n.º 29597/2008. D.R. n.º 224, Série II de 2008-11-18](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local

Concretiza a medida "Simplex" de partilha de informação desmaterializada entre a Inspeção-Geral da Administração Local e as autarquias, no domínio das ações inspetivas e da troca de informação por via eletrónica

[Regulamento \(CE\) n.º 960/2008 da Comissão de 2008-09-30](#)

Que aplica o [Regulamento \(CE\) n.º 808/2004](#) do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às estatísticas comunitárias sobre a sociedade da informação (*Texto relevante para efeitos do EEE*)

[Regulamento \(CE\) n.º 1007/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho de 2008-09-24](#)

Que altera o [Regulamento \(CE\) n.º 460/2004](#), que cria a Agência Europeia para a Segurança das Redes e da Informação, no que respeita à duração da agência (*Texto relevante para efeitos do EEE*)

[Portaria n.º 829/2010. D.R. n.º 169, Série I de 2010-08-31](#)

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Aprova o Regulamento de Aplicação da Medida n.º 3.6, "Implantação de Redes de Banda Larga de Nova Geração em Zonas Rurais", integrada no Subprograma n.º 3, "Dinamização das Zonas Rurais", do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente – PRODER

[Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/M. D.R. n.º 160, Série I de 2008-08-20](#)

Região Autónoma da Madeira

Assembleia Legislativa

Adapta à Região Autónoma da Madeira a certificação eletrónica do estatuto de micro, pequena e média empresas (PME), criada pelo [Decreto-Lei n.º 372/2007](#) de 6 de novembro

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 120. D.R. n.º 146, Série I de 2008-07-30](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Define como prioridade estratégica para o País no setor das comunicações eletrónicas a promoção do investimento em redes de nova geração

[Despacho normativo n.º 35-A/2008. D.R. n.º 145, Série II, Suplemento de 2008-07-29](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o Regulamento de Publicação de Atos no Diário da República. Revoga o **[despacho normativo n.º 38/2006](#)**, de 30 de junho

[Lei n.º 35/2008. D.R. n.º 144, Série I de 2008-07-28](#)

Assembleia da República

Procede à segunda alteração à **[Lei n.º 5/2004](#)** de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas), estabelecendo o regime sancionatório aplicável às infrações ao **[Regulamento \(CE\) n.º 717/2007](#)**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho, relativo à itinerância nas redes telefónicas móveis públicas da Comunidade

[Decreto-Lei n.º 143-A/2008. D.R. n.º 143, Série I, Suplemento de 2008-07-25](#)

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Estabelece os termos a que deve obedecer a apresentação e receção de propostas, candidaturas e soluções no âmbito do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo **[Decreto-Lei n.º 18/2008](#)** de 29 de janeiro

[Lei n.º 32/2008. D.R. n.º 137, Série I de 2008-07-17](#)

Assembleia da República

Transpõe para a ordem jurídica interna a **[Diretiva n.º 2006/24/CE](#)**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março, relativa à conservação de dados gerados ou tratados no contexto da oferta de serviços de comunicações eletrónicas publicamente disponíveis ou de redes públicas de comunicações

[Decisão n.º 742/2008/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 2008-07-09](#)

Relativa à participação da Comunidade num programa de investigação e desenvolvimento da responsabilidade de vários Estados-Membros destinado a melhorar a qualidade de vida das pessoas idosas através da utilização das novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC) *(Texto relevante para efeitos do EEE)*

[Decreto-Lei n.º 116/2008. D.R. n.º 128, Série I de 2008-07-04](#)

Ministério da Justiça

Adota medidas de simplificação, desmaterialização e eliminação de atos e procedimentos no âmbito do registo predial e atos conexos

[Portaria n.º 457/2008. D.R. n.º 118, Série I de 2008-06-20](#)

Ministério da Justiça

Altera a [Portaria n.º 114/2008](#) de 6 de fevereiro, que regula vários aspetos da tramitação eletrónica dos processos judiciais

[Aviso n.º 15981/2008. D.R. n.º 99, Série II de 2008-05-23](#)

Assembleia Municipal de Armamar

Regulamento do espaço Internet de Armamar

[Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões de 2008-04-17](#)

Preparar o futuro digital da Europa – Avaliação intercalar da iniciativa i2010 [COM(2008) 199 final. *Não publicado no Jornal Oficial*]

[Declaração de Retificação n.º 18-A/2008. D.R. n.º 62, Suplemento Série I de 2008-03-28](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Centro Jurídico

Retifica o [Decreto-Lei n.º 18/2008](#) de 29 de janeiro, do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, que aprova o Código dos Contratos Públicos

[Portaria n.º 245/2008. D.R. n.º 61, Série I de 2008-03-27](#)

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Justiça

Altera a [Portaria n.º 499/2007](#) de 30 de abril, que estabelece as normas relativas ao envio da informação empresarial simplificada (IES) por transmissão eletrónica de dados

[Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões de 2007-03-30](#)

i2010 – Relatório Anual de 2007 sobre a Sociedade da Informação [COM(2007) 146 final. *Não publicado no Jornal Oficial*]

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2008. D.R. n.º 56, Série I de 2008-03-19](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Visa permitir que os alunos dos 11.º e 12.º anos do ensino secundário possam, durante o corrente ano letivo, aderir ao programa *e.escola*, criando-se ainda um regime especificamente dirigido a beneficiários da iniciativa com necessidades educativas especiais de carácter permanente, garantindo-lhes o acesso a computadores adaptados, sem quaisquer encargos adicionais

[Portaria n.º 234/2008. D.R. n.º 51, Série I de 2008-03-12](#)

Ministério da Justiça

Altera o Regulamento do Registo Comercial, aprovado pela [Portaria n.º 657-A/2006](#) de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas pela [Portaria n.º 1416-A/2006](#) de 19 de dezembro

[Portaria n.º 114/2008. D.R. n.º 26, Série I de 2008-02-06](#)

Ministério da Justiça

Regula vários aspetos da tramitação eletrónica dos processos judiciais

[Portaria n.º 99/2008. D.R. n.º 22, Série I de 2008-01-31](#)

Ministério da Justiça

Regulamenta a promoção *online* de atos de registo de veículos, a certidão *online* de registo de veículos, a promoção de atos de registo de veículos pelo vendedor que tenha por atividade principal a compra de veículo para revenda, a promoção de atos de registo de veículos pelo vendedor que proceda com carácter de regularidade à transmissão da propriedade de veículos e a promoção *online* do registo da penhora de veículos

[Decreto-Lei n.º 18/2008. D.R. n.º 20, Série I de 2008-01-29](#)

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Aprova o Código dos Contratos Públicos, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo

2007

[Despacho normativo n.º 41-A/2007. D.R. n.º 251, Série II, Suplemento de 2007-12-31](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Altera o [despacho normativo n.º 38/2006](#), de 30 de junho, que desmaterializa os processos de envio de atos para publicação nas 1.ª e 2.ª séries do Diário da República e fixa as regras de organização e publicação de atos na 2.ª série, alterado pelo [despacho normativo n.º 2/2007](#), de 4 de janeiro

[Portaria n.º 1593/2007. D.R. n.º 242, Série I de 2007-12-17](#)

Ministério da Administração Interna

Cria um balcão único virtual para apresentação de denúncias de natureza criminal e estabelece os procedimentos a adotar pela GNR, PSP e SEF com vista à prestação do novo serviço aquando da apresentação, por parte de cidadão, de queixa através de formulário em suporte eletrónico.

[Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho de 2007-11-13](#)

Que altera a [Diretiva 2002/22/CE](#) relativa ao serviço universal e aos direitos dos utilizadores em matéria de redes e serviços de comunicações eletrónicas, a [Diretiva 2002/58/CE](#) relativa ao tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade no setor das comunicações eletrónicas e o Regulamento (CE) n.º 2006/2004 relativo à cooperação no domínio da defesa do consumidor {SEC(2007) 1472} {SEC(2007) 1473}
COM(2007) 698 final

[Portaria n.º 1441/2007. D.R. n.º 214, Série I de 2007-11-07](#)

Ministério da Justiça

Indica as conservatórias competentes para a tramitação do regime especial de constituição imediata de associações

[Decreto-Lei n.º 372/2007. D.R. n.º 213, Série I de 2007-11-06](#)

Ministério da Economia e da Inovação

Cria a certificação eletrónica do estatuto de micro, pequena e média empresas (PME)

[Resolução da Assembleia da República n.º 53/2007. D.R. n.º 202, Série I de 2007-10-19](#)

Assembleia da República

Aprova a iniciativa *Software Livre* no Parlamento

[Portaria n.º 1370/2007. D.R. n.º 202, Série I de 2007-10-19](#)

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Estabelece as condições a observar na transposição dos ficheiros informáticos produzidos pelos programas de faturação para suportes eletrónicos não regraváveis, destinados a substituir, para efeitos fiscais, os respetivos arquivos em papel

[Portaria n.º 1359/2007. D.R. n.º 198, Série I de 2007-10-15](#)

Ministério da Justiça

Determina o sítio na Internet onde pode ser feita a aquisição *online* de marcas registadas e estabelece as taxas a pagar na aquisição *online* e presencial de marcas registadas

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 155/2007. D.R. n.º 190, Série I de 2007-10-02](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece as orientações relativas à acessibilidade pelos cidadãos com necessidades especiais aos sítios da Internet do Governo e dos serviços e organismos públicos da administração central

[Decreto-Lei n.º 318/2007. D.R. n.º 186, Série I de 2007-09-26](#)

Ministério da Justiça

Aprova um regime especial de aquisição imediata e de aquisição *online* de marca registada e altera o Código da Propriedade Industrial, o Código do Registo Comercial, o **[Decreto-Lei n.º 145/85](#)**, de 8 de maio, o **[Decreto-Lei n.º 111/2005](#)**, de 8 de julho, o **[Decreto-Lei n.º 125/2006](#)**, de 29 de junho, e o regime jurídico dos procedimentos administrativos de dissolução e de liquidação de entidades comerciais, aprovado pelo **[Decreto-Lei n.º 76-A/2006](#)**, de 29 de março

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 140/2007. D.R. n.º 184, Série I de 2007-09-24](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Autoriza a realização da despesa inerente à celebração do contrato quadro para o fornecimento, pelo período de cinco anos, dos serviços de acesso e conectividade para todos os sites do Ministério da Administração Interna, dos serviços de monitorização, suporte e manutenção e, ainda, das respetivas soluções de *back up*, no âmbito da Rede Nacional de Segurança Interna (RNSI)

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 137/2007. D.R. n.º 180, Série I de 2007-09-18](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o Plano Tecnológico da Educação

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2007. D.R. n.º 178, Série I de 2007-09-14](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Autoriza a abertura de procedimento de concurso público internacional com vista à aquisição dos serviços e bens necessários ao fornecimento, instalação, manutenção, operação e gestão de redes locais para as escolas públicas com 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e com ensino secundário

[Portaria n.º 1050-A/2007. D.R. n.º 168, Série I, Suplemento de 2007-08-31](#)

Ministério da Justiça

Regula a promoção *online* de atos de registo de propriedade plena adquirida por contrato verbal de compra e venda referentes a veículos a motor e respetivos reboques

[Lei n.º 42/2007. D.R. n.º 163, Série I de 2007-08-24](#)

Assembleia da República

Terceira alteração à **[Lei n.º 74/98](#)**, de 11 de novembro, sobre a publicação, a identificação e o formulário dos diplomas

[Lei n.º 40/2007. D.R. n.º 163, Série I de 2007-08-24](#)

Assembleia da República

Aprova um regime especial de constituição imediata de associações e atualiza o regime geral de constituição previsto no Código Civil

[Decreto-Lei n.º 303/2007. D.R. n.º 163, Série I de 2007-08-24](#)

Ministério da Justiça

No uso de autorização legislativa concedida pela [Lei n.º 6/2007](#), de 2 de fevereiro, altera o Código de Processo Civil, procedendo à revisão do regime de recursos e de conflitos em processo civil e adaptando-o à prática de atos processuais por via eletrónica; introduz ainda alterações à Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais, e aos [Decretos-Leis n.ºs 269/98](#), de 1 de setembro, e [423/91](#), de 30 de outubro

[Decreto-Lei n.º 263-A/2007. D.R. n.º 140, Série I, Suplemento de 2007-07-23](#)

Ministério da Justiça

Cria o procedimento especial de transmissão, oneração e registo imediato de prédio urbano em atendimento presencial único e altera o Código do Registo Predial, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 224/84](#) de 6 de julho

[Portaria n.º 794-B/2007. D.R. n.º 140, Série I, Suplemento de 2007-07-23](#)

Ministério da Justiça

Regulamenta os procedimentos especiais de aquisição, oneração e registo de imóveis

[Regulamento \(CE\) n.º 847/2007 da Comissão de 2007-07-18](#)

Que aplica o [Regulamento \(CE\) n.º 808/2004](#) do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às estatísticas comunitárias sobre a sociedade da informação
(Texto relevante para efeitos do EEE)

[Despacho \(extrato\) n.º 14871/2007. D.R. n.º 131, Série II de 2007-07-10](#)

Ministério da Justiça

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Promoção *online* de atos de registo comercial

[Decreto-Lei n.º 196/2007. D.R. n.º 93, Série I de 2007-05-15](#)

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Regula as condições técnicas para a emissão, conservação e arquivamento das faturas ou documentos equivalentes emitidos por via eletrónica, nos termos do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

[Portaria n.º 593/2007. D.R. n.º 92, Série I de 2007-05-14](#)

Ministério da Justiça

Define os meios de assinatura eletrónica e os sistemas informáticos a utilizar na prática de atos processuais em suporte informático pelos magistrados e pelas secretarias judiciais

[Decreto-Lei n.º 176/2007. D.R. n.º 88, Série I de 2007-05-08](#)

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Procede à primeira alteração à [Lei n.º 5/2004](#), de 10 de fevereiro (*Lei das Comunicações Eletrónicas*), estabelecendo o regime sancionatório da aquisição, propriedade e utilização de dispositivos ilícitos para fins privados no domínio de comunicações eletrónicas

[Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho de 2007-05-02](#)

Relativa à promoção da proteção de dados através de tecnologias de proteção da privacidade

COM(2007) 228 final

[Portaria n.º 562/2007. D.R. n.º 83, Série I de 2007-04-30](#)

Ministério da Justiça

Altera as [Portarias n.º 657-A/2006](#), de 29 de junho, e [1416-A/2006](#), de 19 de dezembro, fixando os termos e a taxa devida pelo registo automático e eletrónico da prestação de contas, no âmbito da informação empresarial simplificada (IES), e regulando o acesso à base de dados das contas anuais

[Portaria n.º 499/2007. D.R. n.º 83, Série I de 2007-04-30](#)

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Justiça

Estabelece as normas relativas ao envio da informação empresarial simplificada (IES) por transmissão eletrónica de dados

[Decreto-Lei n.º 153/2007. D.R. n.º 82, Série I de 2007-04-27](#)

Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Aprova a orgânica da UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento, I. P.

[Decreto-Lei n.º 114/2007. D.R. n.º 77, Série I de 2007-04-19](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Institui a faculdade de dispensa, no relacionamento com os serviços públicos, de apresentação de certidão comprovativa de situação tributária ou contributiva regularizada

[Despacho normativo n.º 19/2007. D.R. n.º 76, Série II de 2007-04-18](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Altera o **[Despacho Normativo n.º 38/2006](#)**, de 30 de junho, que desmaterializa os processos de envio de atos para publicação nas 1.ª e 2.ª séries do Diário da República e fixa as regras de organização e publicação de atos na 2.ª série, alterado pelo **[despacho normativo n.º 2/2007](#)**, de 29 de dezembro de 2006

[Resolução do Conselho da União Europeia de 2007-03-02](#)

Sobre a estratégia para uma sociedade da informação segura na Europa
(2007/C 68/01)

[Decreto-Lei n.º 37/2007. D.R. n.º 35, Série I de 2007-02-19](#)

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Cria a Agência Nacional de Compras Públicas, E. P. E., e aprova os respetivos estatutos

[Portaria n.º 208/2007. D.R. n.º 34, Série I de 2007-02-16](#)

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Aprova o modelo declarativo da informação empresarial simplificada (IES) e respetivos anexos

[Portaria n.º 203/2007. D.R. n.º 31, Série I de 2007-02-13](#)

Ministério da Justiça

Regula o montante das taxas devidas pela emissão ou substituição do cartão de cidadão, as situações em que os atos devem ser gratuitos e a taxa devida pela realização do serviço externo, no âmbito do pedido de emissão ou substituição do cartão

[Portaria n.º 202/2007. D.R. n.º 31, Série I de 2007-02-13](#)

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Justiça

Aprova o modelo oficial e exclusivo do cartão de cidadão para os cidadãos nacionais e para os beneficiários do estatuto referido no n.º 2 do artigo 3.º da **[Lei n.º 7/2007](#)**, de 5 de fevereiro

[Portaria n.º 201/2007. D.R. n.º 31, Série I de 2007-02-13](#)

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios dos Negócios Estrangeiros, das Finanças e da Administração Pública, da Justiça, do Trabalho e da Solidariedade Social e da Saúde

Regula, no período que antecede a expansão a todo o território nacional, a localização e as condições de instalação dos serviços de receção dos pedidos do cartão de cidadão

[Portaria n.º 170/2007. D.R. n.º 26, Série I de 2007-02-06](#)

Ministério da Justiça

Estabelece os requisitos da apresentação de requerimentos de certificados do registo criminal e da respetiva transmissão, por via eletrónica, aos serviços de identificação criminal da Direção-Geral da Administração da Justiça

[Lei n.º 7/2007. D.R. n.º 25, Série I de 2007-02-05](#)

Assembleia da República

Cria o cartão de cidadão e rege a sua emissão e utilização

[Regulamento n.º 19/2007. D.R. n.º 22, Série II de 2007-01-31](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Autoridade Nacional de Segurança

Sistema de Certificação Eletrónica do Estado. Regimento do conselho técnico de credenciação

[Portaria n.º 139/2007. D.R. n.º 20, Série I de 2007-01-29](#)

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Aprova o Regulamento de Registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Âmbito da Ação Social do Sistema de Segurança Social. Revoga a **[Portaria n.º 778/83](#)**, de 23 de julho (*Artigo 27.º - Publicações - 1 - O registo definitivo dos atos referidos nas alíneas a), b) e c) do artigo 5.º, bem como o averbamento do cancelamento do registo, são publicados, por extrato, no sítio na Internet da segurança social*)

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/2007. D.R. n.º 12, Série I de 2007-01-17](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade (PNPA)

[Decreto-Lei n.º 8/2007. D.R. n.º 12, Série I de 2007-01-17](#)

Ministério da Justiça

Cria a Informação Empresarial Simplificada (IES), que consiste na prestação da informação de natureza fiscal, contabilística e estatística respeitante ao cumprimento de determinadas obrigações legais através de uma declaração única transmitida por via eletrónica

[Portaria n.º 9/2007. D.R. n.º 3, Série I de 2007-01-04](#)

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Aprova os novos modelos de impressos das declarações modelos n.ºs 14 e 32 para entrega por transmissão eletrónica

[Despacho normativo n.º 2/2007. D.R. n.º 3, Série II de 2007-01-04](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Altera o **[Despacho Normativo n.º 38/2006](#)**, de 30 de junho, que desmaterializa o processo de envio de atos para publicação na 1.ª e 2.ª séries do Diário da República e fixa as regras de organização e publicação de atos na 2.ª série

2006

[Portaria n.º 1416-A/2006. D.R. n.º 242, Série I, 2.º Suplemento de 2006-12-19](#)

Ministério da Justiça

Regula o regime da promoção eletrónica de atos de registo comercial e cria a certidão permanente

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2006. D.R. n.º 209, Série I de 2006-10-30](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Cria o Grupo de Trabalho UMTS (GT-UMTS), ao qual incumbe acompanhar o cumprimento das obrigações assumidas pelas entidades titulares de licenças de exploração de sistemas de telecomunicações móveis internacionais de terceira geração baseados na norma UMTS, no quadro do desenvolvimento e promoção da sociedade da informação em Portugal

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 118/2006. D.R. n.º 183, Série I de 2006-09-21](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Prorroga o mandato do Gabinete de Gestão do Programa Operacional da Administração Pública (GGPOAP) e da estrutura de missão Intervenção Operacional da Administração Pública (IOAP)

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 113/2006. D.R. n.º 178, Série I de 2006-09-14](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Autoriza a abertura de concurso público para a contratação de serviços de transmissão de dados e acesso à Internet, pelo período de três anos, para os organismos que integram a Rede de Comunicações da Justiça (RCJ)

[Despacho n.º 18727-A/2006. D.R. n.º 178, Série II, Suplemento de 2006-09-14](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Bases de dados jurídicas

[Declaração de Retificação n.º 54/2006. D.R. n.º 161, Série I de 2006-08-22](#)

Presidência do Conselho de Ministros

De ter sido retificada a [Portaria n.º 657-C/2006](#) do Ministério da Justiça, que regula a designação, o funcionamento e as funções do sítio na Internet que permite a constituição *online* de sociedades comerciais e civis sob forma comercial do tipo por quotas e anónima, bem como a utilização dos meios de autenticação eletrónica e de assinatura eletrónica, na indicação dos dados e na entrega de documentos, conforme dispõe o artigo 17.º do [Decreto-Lei n.º 125/2006](#) de 29 de junho, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 124, de 29 de junho de 2006

[Regulamento \(CE\) n.º 1031/2006 da Comissão de 2006-07-04](#)

Que aplica o [Regulamento \(CE\) n.º 808/2004](#) do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às estatísticas comunitárias sobre a sociedade da informação (*Texto relevante para efeitos do EEE*)

[Despacho Normativo n.º 38/2006. D.R. n.º 125, Série I-B de 2006-06-30](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Desmaterializa os processos de envio de atos para publicação nas 1.ª e 2.ª Séries do Diário da República e fixa as regras de organização e publicação de atos na 2.ª Série

[Portaria n.º 657-C/2006. D.R. n.º 124, Série I-B, Suplemento de 2006-06-29](#)

Ministério da Justiça

Regula a designação, o funcionamento e as funções do sítio na Internet que permite a constituição *online* de sociedades comerciais e civis sob forma comercial do tipo por quotas e anónima, bem como a utilização dos meios de autenticação eletrónica e de assinatura eletrónica, na indicação dos dados e na entrega de documentos, conforme dispõe o artigo 17.º do [Decreto-Lei n.º 125/2006](#) de 29 de junho

[Portaria n.º 657-B/2006. D.R. n.º 124, Série I-B, Suplemento de 2006-06-29](#)

Ministério da Justiça

Estabelece a regulamentação do registo informático dos atos praticados pelas câmaras de comércio e indústria, advogados e solicitadores, ao abrigo do artigo 38.º do [Decreto-Lei n.º 76-A/2006](#) de 29 de março

[Decreto-Lei n.º 125/2006. D.R. n.º 124, Série I-A de 2006-06-29](#)

Ministério da Justiça

Cria a “empresa *on-line*”, através de um regime especial de constituição on-line de sociedades comerciais e civis sob forma comercial, e cria a “marca na hora”, alterando o regime do Registo Nacional de Pessoas Coletivas, o Regulamento Emolumentar dos Registos e do Notariado, o [Decreto-Lei n.º 8-B/2002](#), de 15 de janeiro, e o [Decreto-Lei n.º 111/2005](#), de 8 de julho

[Decreto-Lei n.º 116-C/2006. D.R. n.º 115, Série I-A, 2.º Suplemento de 2006-06-16](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece como serviço público o acesso universal e gratuito ao Diário da República e as demais condições da sua utilização

[Decreto-Lei n.º 116-B/2006. D.R. n.º 115, Série I-A, 2.º Suplemento de 2006-06-16](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Primeira alteração à Lei Orgânica do Centro de Gestão da Rede Informática do Governo, aprovada pelo [Decreto-Lei n.º 184/98](#) de 6 de julho, adaptando-a ao Sistema de Certificação Eletrónica do Estado – Infraestrutura de Chaves Públicas

[Decreto-Lei n.º 116-A/2006. D.R. n.º 115, Série I-A, 2.º Suplemento de 2006-06-16](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Procede à criação do Sistema de Certificação Eletrónica do Estado – Infraestrutura de Chaves Públicas e designa a Autoridade Nacional de Segurança como autoridade credenciadora nacional

[Decreto-Lei n.º 112/2006. D.R. n.º 112, Série I-A de 2006-06-09](#)

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Altera as bases gerais da concessão do serviço postal universal, aprovadas pelo [Decreto-Lei n.º 448/99](#), de 4 de novembro, e cria o serviço público de caixa postal eletrónica

[Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões de 2006-05-31](#)

Estratégia para uma sociedade da informação segura – “Diálogo, parcerias e maior poder de intervenção”

[COM(2006) 251 final. Não publicada no Jornal Oficial]

[Decreto-Lei n.º 95/2006. D.R. n.º 103, Série I-A de 2006-05-29](#)

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Estabelece o regime jurídico aplicável aos contratos à distância relativos a serviços financeiros celebrados com consumidores, transpondo para a ordem jurídica nacional a [Diretiva n.º 2002/65/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de setembro, relativa à comercialização à distância de serviços financeiros prestados a consumidores

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2006. D.R. n. 96, Série I-B de 2006-05-18](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Segunda alteração à [Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2005](#), de 15 de abril, que aprovou o Regimento do Conselho de Ministros do XVII Governo Constitucional, alterando alguns aspetos do procedimento de elaboração e publicitação de atos normativos do Governo, tendo em vista designadamente a desmaterialização do procedimento legislativo com recurso às tecnologias de informação e do conhecimento

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2006. D.R. n.º 96, Série I-B de 2006-05-18](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o Programa Legislar Melhor, que consubstancia um conjunto de iniciativas em matéria de qualidade e eficiência dos atos normativos do Governo, designadamente na desmaterialização do procedimento legislativo com recurso às tecnologias de informação e do conhecimento

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2006. D.R. n.º 87, Série I-B de 2006-05-05](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Determina a criação de um serviço público que permita a realização voluntária de comunicações entre a Administração Pública, os serviços e organismos da administração autónoma, as entidades administrativas independentes e os tribunais, os cidadãos e as empresas, através do envio por correio eletrónico e para uma caixa postal eletrónica nominal

[Decreto Legislativo Regional n.º 10/2006/M. D.R. n.º 76, Série I-A de 2006-04-18](#)

Região Autónoma da Madeira

Assembleia Legislativa

Cria e regulamenta os serviços eletrónicos do Governo Regional da Madeira

[Decreto-Lei n.º 76-A/2006. D.R. n.º 63, Série I-A, Suplemento de 2006-03-29](#)

Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Justiça

Atualiza e flexibiliza os modelos de governo das sociedades anónimas, adota medidas de simplificação e eliminação de atos e procedimentos notariais e registrais e aprova o novo regime jurídico da dissolução e da liquidação de entidades comerciais

[Diretiva 2006/24/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 2006-03-15](#)

Relativa à conservação de dados gerados ou tratados no contexto da oferta de serviços de comunicações eletrónicas publicamente disponíveis ou de redes públicas de comunicações, e que altera a [Diretiva 2002/58/CE](#)

2005

[Lei n.º 60-A/2005. D.R. n.º 250, Série I-A, 1º Suplemento de 2005-12-30](#)

Assembleia da República

Aprova o Orçamento do Estado para 2006 e procede a alterações no regime da fatura eletrónica

[Portaria n.º 1339/2005. D.R. n.º 250, Série II de 2005-12-30](#)

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Declaração eletrónica do IRC

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 190/2005. D.R. n.º 240, Série I-B de 2005-12-16](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o Plano Tecnológico

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 171/2005. D.R. n.º 211, Série I-B de 2005-11-03](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova a criação da Entidade de Certificação Eletrónica do Estado (ECEE)

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 158/2005. D.R. n.º 196, Série I-B de 2005-10-12](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Extingue a estrutura de apoio técnico do eixo prioritário "Qualificar para modernizar a Administração Pública", do Programa Operacional do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS)

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2005. D.R. n.º 189, Série I-B de 2005-09-30](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Adota medidas com vista ao desenvolvimento do passaporte eletrónico português

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 137/2005. D.R. n.º 157, Série I-B de 2005-08-17](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Determina a adoção do sistema de faturação eletrónica pelos serviços e organismos da Administração Pública

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 9/2005/M. D.R. n.º 149, Série I-B de 2005-08-04](#)

Região Autónoma da Madeira

Assembleia Legislativa

Resolve propor a implementação do exercício do direito de voto por meio eletrónico para os eleitores que por motivos de estudo, formação, realização de estágios de âmbito curricular ou profissional, ou por motivos de saúde, ou participação em competições desportivas de carácter regular se encontram deslocados na sua área de recenseamento no dia do ato eleitoral

[Portaria n.º 590-A/2005. D.R. n.º 134, Série I-B, Suplemento de 2005-07-14](#)

Ministério da Justiça

Regulamenta o artigo 26.º do [Decreto-Lei n.º 111/2005](#) de 8 de julho, o n.º 1 do artigo 167.º do Código das Sociedades Comerciais e o n.º 2 do artigo 70.º do Código do Registo Comercial, estipulando que os atos relativos às sociedades comerciais e outras pessoas coletivas sujeitos a publicação obrigatória passam a ser publicados em sítio da Internet de acesso público

[Regulamento \(CE\) n.º 1099/2005 da Comissão de 2005-07-13](#)

Que aplica o [Regulamento \(CE\) n.º 808/2004](#) do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às estatísticas comunitárias sobre a sociedade da informação
(Texto relevante para efeitos do EEE)

[Decreto-Lei n.º 111/2005. D.R. n.º 130, Série I-A de 2005-07-08](#)

Ministério da Justiça

Cria a “empresa na hora”, através de um regime especial de constituição imediata de sociedades, alterando o Código das Sociedades Comerciais, o regime do Registo Nacional das Pessoas Coletivas, o Código do Registo Comercial, o [Decreto-Lei n.º 322-A/2001](#) de 14 de dezembro, o Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado, o [Decreto-Lei n.º 8-B/2002](#) de 15 de janeiro, o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões de 2005-06-01

“i2010 – Uma sociedade da informação europeia para o crescimento e o emprego”

[COM(2005) 229 final. Não publicada no Jornal Oficial]

Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2005. D.R. n.º 98, Série I-B de 2005-05-20

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece o regime da Unidade de Coordenação do Plano Tecnológico

Declaração de Retificação n.º 30/2005. D.R. n.º 75, Série I-B de 2005-04-18

Presidência do Conselho de Ministros

De ter sido retificada a **Portaria n.º 311/2005** do Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança, que altera a **Portaria n.º 1039/2001** de 27 de agosto, que estabelece normas relativas ao envio por correio eletrónico da declaração de remunerações que os contribuintes estão obrigados a entregar nos serviços competentes do sistema de solidariedade e segurança social, publicada no Diário da República, 1.ª Série, n.º 58, de 23 de março de 2005

Despacho conjunto n.º 309-A/2005. D.R. n.º 76, Série II, Suplemento de 2005-04-19

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças e da Administração Pública

Aprova o Regulamento de acesso à medida n.º 5.1, “Qualidade e eficiência nos serviços públicos”, do eixo n.º 5, “Governo eletrónico: Melhor serviço aos cidadãos e às empresas”, do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento, publicado em anexo ao presente diploma

Portaria n.º 382/2005. D.R. n.º 66, Série I-B de 2005-04-05

Ministérios das Atividades Económicas e do Trabalho, das Finanças e da Administração Pública e do Turismo

Aprova o Regulamento de Execução do Sistema de Incentivos à Economia Digital (SIED)

Portaria n.º 311/2005. D.R. n.º 58, Série I-B de 2005-03-23

Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança

Altera a **Portaria n.º 1039/2001** de 27 de agosto, que estabelece normas relativas ao envio por correio eletrónico da declaração de remunerações que os contribuintes estão obrigados a entregar nos serviços competentes do sistema de solidariedade e segurança social

[Decreto-Lei n.º 68/2005. D.R. n.º 52, Série I-A de 2005-03-15](#)

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Altera o regime de construção, gestão e acesso a infraestruturas instaladas no domínio público do Estado para alojamento de redes de comunicações eletrónicas

[Decreto-Lei n.º 66/2005. D.R. n.º 52, Série I-A de 2005-03-15](#)

Ministério da Justiça

Regula a transmissão e receção por telecópia e por via eletrónica de documentos com valor de certidão respeitantes aos arquivos dos serviços dos registos e do notariado ou destinados à instrução dos respetivos atos ou processos ou a arquivo nos mesmos serviços, revogando o **[Decreto-Lei n.º 461/99](#)** de 5 de novembro

[Decisão Quadro n.º 2005/222/JAI do Conselho de 2005-02-24](#)

Relativa a ataques contra sistemas de informação

[Portaria n.º 205/2005. D.R. n.º 36, Série I-B de 2005-02-21](#)

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças e da Administração Pública

Aprova os estatutos da UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, I. P.

[Despacho Normativo n.º 13/2005. D.R. n.º 36, Série I-B de 2005-02-21](#)

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças e da Administração Pública

Aprova o regulamento de carreiras da UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, I. P.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/2005. D.R. n.º 13 Série I-B de 2005-01-19](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Cria, na dependência do Ministro das Finanças e da Administração Pública, a estrutura de missão designada “Intervenção Operacional da Administração Pública”

[Decreto-Lei n.º 16/2005. D.R. n.º 12, Série I-A de 2005-01-18](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Cria a UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, I. P. Revoga o **[Decreto-Lei n.º 98/2004](#)**, de 3 de maio e a **[Resolução do Conselho de Ministros n.º 135/2002](#)**, de 20 de novembro, com exceção do n.º 23 e do anexo

[Decreto-Lei n.º 7/2005. D.R. n.º 4, Série I-A de 2005-01-06](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece o sistema de incentivos do Estado à comunicação social regional e local, estabelecendo, entre outros, incentivos que se destinam a apoiar o desenvolvimento da sociedade da informação e do conhecimento.

[Decreto-Lei n.º 1/2005. D.R. n.º 2, Série I-A de 2005-01-04](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece o regime da contratação pública relativa à locação e aquisição de bens, serviços e redes de comunicações eletrónicas, bem como dos equipamentos e serviços conexos, transpondo parcialmente para a ordem jurídica interna a [Diretiva n.º 2004/18/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março, alterando o [Decreto-Lei n.º 197/99](#) de 8 de junho

2004

[Despacho n.º 27008/2004 \(2.ª série\). D.R. n.º 302, Série II de 2004-12-28](#)

Ministério da Justiça

Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça

Publica, em cumprimento do n.º 3 do artigo 2.º do [Decreto Regulamentar n.º 25/2004](#), de 15 de julho, a lista de referências das normas e especificações técnicas aprovadas pela autoridade credenciadora, desenvolvidas no âmbito da Iniciativa Europeia de Normalização da Assinatura Eletrónica

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 181/2004. D.R. n.º 298, Série I-B de 2004-12-22](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o Guia para as Comunicações na Administração Pública, que fixa os princípios por que se devem reger as comunicações na Administração Pública

[Decreto-Lei n.º 231/2004. D.R. n.º 290, Série I-A de 2004-12-13](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece as regras aplicáveis à distribuição das ações informativas e de publicidade do Estado pelas rádios locais e pela imprensa regional em suporte papel ou em suporte eletrónico. Revoga o [Decreto-Lei n.º 84/96](#), de 29 de junho, alterado pela [Lei n.º 52/96](#), de 27 de dezembro e a [Portaria n.º 209/96](#), de 12 de junho

[Resolução do Conselho da União Europeia de 2004-12-09](#)

Sobre o futuro das tecnologias da informação e da comunicação (TIC)
(2005/C 62/01)

[Despacho conjunto n.º 651/2004. D.R. n.º 263, Série II de 2004-11-09](#)

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Justiça
Plano de Ação para a Justiça na Sociedade da Informação

[Portaria n.º 1354/2004. D.R. n.º 251, Série I-B de 2004-10-25](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Cria a linha de financiamento Inclusão Digital – Linha de apoio financeiro ao Programa Nacional para a Participação dos Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação

[Portaria n.º 1350/2004. D.R. n.º 250, Série I-B de 2004-10-23](#)

Ministério da Justiça

Fixa os termos a que obedece o registo das entidades certificadoras que emitem certificados qualificados

[Resolução da Assembleia da República n.º 66/2004. D.R. n.º 243, Série I-A de 2004-10-15](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo a tomada de medidas com vista ao desenvolvimento do software livre em Portugal

[Lei n.º 50/2004. D.R. n.º 199, Série I-A de 2004-08-24](#)

Assembleia da República

Transpõe para a ordem jurídica nacional a [Diretiva n.º 2001/29/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de maio, relativa à harmonização de certos aspetos do direito de autor e dos direitos conexos na sociedade de informação

[Lei n.º 41/2004. D.R. n.º 194, Série I-A de 2004-08-18](#)

Assembleia da República

Transpõe para a ordem jurídica nacional a [Diretiva n.º 2002/58/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de julho, relativa ao tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade no setor das comunicações eletrónicas

[Despacho n.º 16445/2004. D.R. n.º 190, Série II de 2004-08-13](#)

Ministério da Justiça

Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça

Assinatura digital

[Aviso n.º 8134/2004. D.R. n.º 190, Série II de 2004-08-13](#)

Ministério da Justiça

Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça

Publica, em cumprimento do n.º 2 do artigo 2º do [Decreto Regulamentar n.º 25/2004](#), de 15 de julho, a lista de referências das normas geralmente reconhecidas para produtos de assinatura eletrónica, adotadas pela Decisão da

Comissão de 14 de julho de 2003, nos termos previstos no n.º 5 do artigo 3º da [Diretiva 1999/93/CE](#) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 1999, e publicada no Jornal Oficial da União Europeia n.º L 175/45, de 15 de julho de 2003

[Decreto Regulamentar n.º 25/2004. D.R. n.º 165, Série I-B de 2004-07-15](#)

Ministério da Justiça

Regulamenta o [Decreto-Lei n.º 290-D/99](#) de 2 de agosto, que aprova o regime jurídico dos documentos eletrónicos e da assinatura digital, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo [Decreto-Lei n.º 62/2003](#), de 3 de abril, o presente diploma visa aprovar as regras técnicas e de segurança exigíveis às entidades certificadoras que emitem certificados qualificados, regulamentando ainda alguns aspetos específicos relacionados com a credenciação das entidades certificadoras.

[Decreto-Lei n.º 165/2004. D.R. n.º 157, Série I-A de 2004-07-06](#)

Ministério da Justiça

Altera o artigo 29.º do [Decreto-Lei n.º 290-D/99](#) de 2 de agosto, que aprova o regime jurídico dos documentos eletrónicos e da assinatura digital, na redação que lhe foi dada pelo [Decreto-Lei n.º 62/2003](#) de 3 de abril

[Portaria n.º 642/2004. D.R. n.º 140, Série I-B de 2004-06-16](#)

Ministério da Justiça

Regula a forma de apresentação a juízo dos atos processuais enviados através de correio eletrónico, assim como as notificações efetuadas pela secretaria aos mandatários das partes. Revoga a [Portaria n.º 337-A/2004](#) de 31 de março

[Decreto-Lei n.º 98/2004. D.R. n.º 103, Série I-A de 2004-05-03](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece a transição para a Unidade de Missão Inovação e Conhecimento (UMIC) das atribuições e competências associadas ao Sistema Integrado de Informação Administrativa ao Cidadão e Serviço Público Direto.

[Regulamento \(CE\) n.º 874/2004 da Comissão de 2004-04-28](#)

Que estabelece as regras de política de interesse público relativas à implementação e às funções do domínio de *topo.eu*, e os princípios que regem o registo *(Texto relevante para efeitos do EEE)*

[Regulamento \(CE\) n.º 808/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho de 2004-04-21](#)

Relativo às estatísticas comunitárias sobre a sociedade da informação *(Texto relevante para efeitos do EEE)*

[Regulamento \(CE\) n.º 460/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho de 2004-03-10](#)

Que cria a Agência Europeia para a Segurança das Redes e da Informação
(*Texto relevante para efeitos do EEE*)

[Lei n.º 5/2004. D.R. n.º 34, Série I-A de 2004-02-10](#)

Assembleia da República

Lei das Comunicações Eletrónicas

[Decreto-Lei n.º 7/2004. D.R. n.º 5, Série I-A de 2004-01-07](#)

Ministério da Justiça

No uso da autorização legislativa concedida pela [Lei n.º 7/2003](#) de 9 de maio, transpõe para a ordem jurídica nacional a [Diretiva n.º 2000/31/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2000, relativa a certos aspetos legais dos serviços da sociedade de informação, em especial do comércio eletrónico, no mercado interno

2003

[Portaria n.º 1417/2003. D.R. n.º 300, Série I-B de 2003-12-30](#)

Ministério da Justiça

Regula o funcionamento do sistema informático dos tribunais administrativos e fiscais (SITAF), estabelecendo aspetos específicos da apresentação de peças processuais e documentos por via eletrónica, bem como a tramitação e acesso informático dos processos entrados nos tribunais da jurisdição administrativa e fiscal a partir de 1 de janeiro de 2004

[Decreto-Lei n.º 324/2003. D.R. n.º 298, Série I-A de 2003-12-27](#)

Ministério da Justiça

Altera o Código das Custas Judiciais, (*artigo 1.º - altera, entre outros, o artigo 15.º que estabelece redução especial da taxa de justiça pela prática de atos processuais utilizando transmissão eletrónica de dados*) aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 224-A/96](#) de 26 de novembro, o Código de Processo Civil, (*Artº 5º - Altera, entre outros, os art.ºs 150º, 152º e 254º do Código de Processo Civil, relativos ao regime de utilização de meio de transmissão eletrónica de dados, no envio e suporte das peças processuais, e na notificação às partes pela secretaria*) aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 44129](#) de 28 de dezembro de 1961, o Código de Processo Penal, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 78/87](#) de 17 de fevereiro, bem como o [Decreto-Lei n.º 29/98](#) de 11 de fevereiro, o [Decreto-Lei n.º 269/98](#) de 1 de setembro, e o [Decreto-Lei n.º 200/2003](#) de 10 de setembro

[Relatório da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social Europeu de 2003-11-21](#)

Primeiro relatório sobre a aplicação da [Diretiva 2000/31/CE](#) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2000, relativa a certos aspetos legais

dos serviços da sociedade de informação, em especial do comércio eletrónico, no mercado interno ("*Diretiva relativa ao comércio eletrónico*")

COM(2003) 702 final

[Decreto Legislativo Regional n.º 42/2003/A. D.R. n.º 259, Série I-A de 2003-11-08](#)

**Região Autónoma dos Açores
Assembleia Legislativa Regional**

Determina que os serviços e organismos da administração pública regional devem elaborar os respetivos modelos dos formulários em suporte digital

[Decreto-Lei n.º 282/2003. D.R. n.º 259, Série I-A de 2003-11-08](#)

Ministério da Segurança Social e do Trabalho

Autoriza o Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa a registar apostas e pagar prémios de lotarias e apostas mútuas nos canais de distribuição electrónica (Internet, multibanco, telemóvel, telefone, televisão, etc.), através de uma plataforma de acesso multicanal

[Decreto-Lei n.º 256/2003. D.R. n.º 244, Série I-A de 2003-10-21](#)

Ministério das Finanças

Transpõe para a ordem jurídica nacional a **[Diretiva n.º 2001/115/CE, do Conselho](#)**, de 20 de dezembro. Adota, em matéria de IVA, vários aspetos relacionados com a obrigação de faturação, destacando-se as regras relativas à transmissão e conservação de faturas por meios eletrónicos. Revoga o **[Decreto-Lei n.º 375/99](#)**, de 18 de setembro, o **[Decreto Regulamentar n.º 16/2000](#)**, de 2 de outubro e a **[Portaria n.º 52/2002](#)**, de 12 de janeiro

[Decreto-Lei n.º 255/2003. D.R. n.º 244, Série I-A de 2003-10-21](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Adota um regime especial para a realização de despesas, no âmbito do Programa Nacional de Compras Eletrónicas, do projeto do portal do cidadão e dos projetos associados à racionalização de custos de comunicação da Administração Pública

[Despacho Normativo n.º 42/2003. D.R. n.º 234, Série I-B de 2003-10-09](#)

Ministério das Finanças

Estabelece o regime de envio, por transmissão eletrónica de dados, de declarações de trânsito comunitário/comum a apresentar à Direção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2003. D.R. n.º 199, Série I-B de 2003-08-29](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova a constituição de um agrupamento de entidades adjudicantes para efeitos de desenvolvimento do Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2003. D.R. n.º 198, Série I-B de 2003-08-28](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Altera a **[Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2001](#)**, de 8 de janeiro, que cria um grupo de trabalho que assegura a ligação entre os operadores UMTS, o ICP e a Comissão Interministerial para a Sociedade da Informação, com vista ao acompanhamento e à avaliação do cumprimento das obrigações assumidas pelos operadores UMTS

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 111/2003. D.R. n.º 185, Série I-B de 2003-08-12](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o Programa Nacional de Compras Eletrónicas

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/2003. D.R. n.º 185, Série I-B de 2003-08-12](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o Programa Nacional para a Participação dos Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2003. D.R. n.º 185, Série I-B de 2003-08-12](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova a Iniciativa Nacional para a Banda Larga

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 108/2003. D.R. n.º 185, Série I-B de 2003-08-12](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o Plano de Ação para o Governo Eletrónico

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2003. D.R. n.º 185, Série I-B de 2003-08-12](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o Plano de Ação para a Sociedade da Informação, principal instrumento de coordenação estratégica e operacional das políticas do XV Governo Constitucional para o desenvolvimento da sociedade da informação em Portugal

[Despacho n.º 15509/2003 \(2.ª série\). D.R. n.º 182, Série II de 2003-08-08](#)

Ministério da Ciência e do Ensino Superior

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Ciência e do Ensino Superior

Cria a Estrutura Operacional do Ministério da Ciência e do Ensino Superior para a Sociedade de Informação e Governo Eletrónico

[Resolução da Assembleia da República n.º 68/2003. D.R. n.º 181, Série I-A de 2003-08-07](#)

Assembleia da República

Define o novo regime de publicação exclusivamente eletrónica do Diário da Assembleia da República e novas regras para o uso de novas tecnologias de informação e comunicação no trabalho parlamentar

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 95/2003. D.R. n.º 174, Série I-B de 2003-07-30](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova as linhas de orientação da reforma da Administração Pública

[Declaração de Retificação n.º 10-B/2003. D.R. n.º 175, Série I-A, Suplemento de 2003-07-31](#)

Presidência do Conselho de Ministros

De ter sido retificado o [Decreto-Lei n.º 130/2003](#), de 28 de junho, do Ministério das Finanças (*transpõe para a ordem jurídica nacional a [Diretiva n.º 2002/38/CE](#), do Conselho, de 7 de maio, introduzindo alterações ao Código do IVA e aprovando o regime especial para sujeitos passivos não estabelecidos na Comunidade que prestem serviços por via eletrónica a não sujeitos passivos nela residentes*)

[Decreto-Lei n.º 130/2003. D.R. n.º 147, Série I-A de 2003-06-28](#)

Ministério das Finanças

Transpõe para a ordem jurídica nacional a [Diretiva n.º 2002/38/CE](#), do Conselho, de 7 de maio, introduzindo alterações ao Código do IVA e aprovando o regime especial para sujeitos passivos não estabelecidos na Comunidade que prestem serviços por via eletrónica a não sujeitos passivos nela residentes

[Declaration on freedom of communication on the Internet de 2003-05-28](#)

Declara o acordo dos estados membros sobre princípios relativos a comunicação pela Internet

(Adopted by the Committee of Ministers on 28 May 2003 at the 840th meeting of the Ministers' Deputies)

[Decisão n.º 2003/375/CE da Comissão das Comunidades Europeias de 2003-05-21](#)

Sobre a designação do Registo do domínio de *topo .eu* (*Texto relevante para efeitos do EEE*) [notificada com o número C(2003) 1624]

[Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu e ao Banco Central Europeu de 2003-05-14](#)

Aplicação aos serviços financeiros dos n.ºs 4 a 6 do artigo 3.º da Diretiva relativa ao comércio eletrónico

[COM(2003) 259. Não publicada no Jornal Oficial].

[Lei n.º 7/2003. D.R. n.º 107, Série I-A de 2003-05-09](#)

Assembleia da República

Autoriza o Governo a legislar sobre certos aspetos legais dos serviços da sociedade da informação, em especial do comércio eletrónico, no mercado interno, transpondo para a ordem jurídica nacional a [Diretiva n.º 2000/31/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho

[Decreto-Lei n.º 62/2003. D.R. n.º 79, Série I-A de 2003-04-03](#)

Ministério da Justiça

Transpõe a [Diretiva 1999/93/CE](#), de 13 de dezembro, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa a um quadro legal comunitário para as assinaturas eletrónicas. Altera o [Decreto-Lei n.º 290-D/99](#) de 2 de agosto, que aprova o regime jurídico dos documentos eletrónicos e da assinatura digital. Republica, em anexo, o Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de agosto, com as alterações introduzidas

[Resolução do Conselho da União Europeia de 2003-02-18](#)

Relativa a uma abordagem europeia para uma cultura em matéria de segurança das redes e da informação
(2003/C 48/01)

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2003. D.R. n.º 60, Série I-B de 2003-03-12](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Determina a adoção de várias medidas concretas visando a generalização da prática da aquisição de bens e serviços por via eletrónica na Administração Pública e no tecido empresarial e incumbe a Unidade de Missão Inovação e Conhecimento de proceder à respetiva implementação e acompanhamento, em estreita articulação com outras entidades

[Comunicação da Comissão ao Conselho, Parlamento Europeu, Comité Económico e Social e Comité das Regiões de 2003-02-11](#)

Relatório final sobre o *eEurope 2002*
[COM (2003) 66 final. Não publicada no Jornal Oficial]

[Resolução do Conselho da União Europeia de 2003-02-06](#)

Relativa à "eAcessibilidade" — Melhorar o acesso das pessoas com deficiência à sociedade do conhecimento

[Additional Protocol to the Convention on Cybercrime Concerning the Criminalisation of Acts of a Racist and Xenophobic Nature Committed Through Computer Systems](#), Council of Europe, Strasbourg, 2003-01-28

Acorda em complementar a convenção em aspetos relativos à criminalização de atos de natureza racista ou xenófoba realizados através de sistemas de computadores (*Série des traités européens n° 189*)

[Decreto-Lei n.º 8/2003. D.R. n.º 15, Série I-A de 2003-01-18](#)

Ministério das Finanças

Institui a obrigatoriedade de os serviços e entidades com pessoal inscrito na Caixa Geral de Aposentações procederem ao envio das relações de descontos de quotas em suporte digital ou através de correio eletrónico

[Resolução do Conselho da União Europeia de 2002-12-19](#)

Relativa aos conteúdos dos media interativos na Europa
(2003/C 13/04)

2002

[Decreto-Lei n.º 320-B/2002. D.R. n.º 301, Série I-A, 5.º Suplemento de 2002-12-30](#)

Ministério da Justiça

Altera a redação do artigo 7.º do [Decreto-Lei n.º 183/2000](#), de 10 de agosto (*Altera o Código de Processo Civil, na redação que lhe foi dada pelo [Decreto-Lei n.º 329-A/95](#), de 12 de dezembro, pelo [Decreto-Lei n.º 180/96](#), de 25 de setembro, e pelo [Decreto-Lei n.º 375-A/99](#), de 20 de setembro, e o [Decreto-Lei n.º 269/98](#), de 1 de setembro, na redação que lhe foi dada pelo [Decreto-Lei n.º 383/99](#), de 23 de setembro)*)

[Resolução do Conselho da União Europeia de 2002-12-19](#)

Relativa aos conteúdos dos media interativos na Europa

[Decisão n.º 2046/2002/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 2002-10-21](#)

Altera a [Decisão n.º 1719/1999/CE](#) relativa a uma série de orientações, incluindo a identificação de projetos de interesse comum, respeitantes a redes transeuropeias para o intercâmbio eletrónico de dados entre administrações (IDA)

[Decisão n.º 2045/2002/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 2002-10-21](#)

Altera a [Decisão n.º 1720/1999/CE](#) do Parlamento Europeu e do Conselho que adota uma série de ações e medidas destinadas a garantir a interoperabilidade das redes transeuropeias para o intercâmbio eletrónico de dados entre administrações (IDA) e o acesso a essas redes

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 135/2002. D.R. n.º 268, Série I-B de 2002-11-20](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Define o novo enquadramento institucional da atividade do Governo em matéria de sociedade da informação, da inovação e do governo eletrónico

[Diretiva 2002/77/CE da Comissão de 16 de setembro de 2002](#)

Relativa à concorrência nos mercados de redes e serviços de comunicações eletrónicas

[Diretiva 2002/58/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 2002-07-12](#)

Relativa ao tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade no setor das comunicações eletrónicas

[Resolução do Conselho da União Europeia de 2002-06-25](#)

Preservar a memória do futuro – preservar os conteúdos digitais para as gerações futuras

2002/C 162/02)

[Portaria n.º 698/2002. D.R. n.º 144, Série I-B de 2002-06-25](#)

Ministério das Finanças

Aprova os modelos de impressos de declarações para entrega por transmissão eletrónica

[Comunicação da Comissão ao Conselho, Parlamento Europeu, Comité Económico e Social e Comité das Regiões de 2002-05-28](#)

eEurope 2005: Uma sociedade da informação para todos – Plano de Ação a apresentar com vista ao Conselho Europeu de Sevilha, 21-22 de junho de 2002 [COM(2002) 263 final. Não publicada no Jornal Oficial].

[Decreto-Lei n.º 128/2002. D.R. n.º 109, Série I-A de 2002-05-11](#)

Ministério da Defesa Nacional

Altera o **[Decreto-Lei n.º 153/91](#)** de 23 de abril, que aprova a reorganização do Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência (CNPCE) e das comissões sectoriais de planeamento civil de emergência, de âmbito ministerial, em particular criando uma comissão para o ciber-espaço

[Regulamento n.º 733/2002/CE de 2002-04-22](#)

Relativo à implementação do domínio de *topo .eu*

[Proposta de Decisão-Quadro do Conselho de 2002-04-19](#)

Relativa a ataques contra os sistemas de informação

COM(2002)173 final

2002/0086 (CNS)

[Parecer do Comité Económico e Social de 2002-04-18](#)

Sobre *eEurope 2002*: acessibilidade dos sítios *Web* públicos e do respetivo conteúdo

(2002/C 94/04)

[Decreto-Lei n.º 104/2002. D.R. n.º 86, Série I-A de 2002-04-12](#)

Ministério da Ciência e da Tecnologia

Aprova o regime de aquisição de bens por via eletrónica por parte dos organismos públicos

[Resolução do Conselho da União Europeia de 2002-03-25](#)

Relativa ao Plano de Ação de 2002 *eEurope* sobre a acessibilidade dos sítios *Web* e do seu conteúdo

[Diretiva 2002/38/CE do Conselho de 2002-05-07](#)

Altera, a título tanto definitivo como temporário, a **[Diretiva 77/388/CEE](#)** no que se refere ao regime do imposto sobre o valor acrescentado aplicável aos serviços de radiodifusão e televisão e a determinados serviços prestados por via eletrónica

[Portaria n.º 352/2002. D.R. n.º 78, Série I-B de 2002-04-03](#)

Ministério das Finanças

Regulamenta a divulgação das vendas no processo judicial de execução fiscal através da Internet

[Decreto-Lei n.º 67/2002. D.R. n.º 67, Série I-A de 2002-03-20](#)

Ministério da Ciência e da Tecnologia

Atribui competência para a constituição de um sítio na Internet de publicitação de oferta de emprego na área científica e tecnológica, determinando o tipo de informação que nele deve constar

[Diretiva 2002/22/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 2002-03-07](#)

Relativa ao serviço universal e aos direitos dos utilizadores em matéria de redes e serviços de comunicações eletrónicas

[Diretiva 2002/21/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 2002-03-07](#)

Relativa a um quadro regulamentar comum para as redes e serviços de comunicações eletrónicas (*diretiva-quadro*)

[Diretiva 2002/20/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 2002-03-07](#)

Relativa à autorização de redes e serviços de comunicações eletrónicas (*diretiva autorização*)

[Diretiva 2002/19/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 2002-03-07](#)

Relativa ao acesso e interligação de redes de comunicações eletrónicas e recursos conexos (*diretiva acesso*)

[Decreto-Lei n.º 51/2002. D.R. n.º 52, Série I-A de 2002-03-02](#)

Ministério da Ciência e da Tecnologia

Atribui relevância jurídica à disponibilização e submissão por via eletrónica dos modelos dos formulários dos organismos e serviços públicos integrados na Administração Pública

[Portaria n.º 157/2002. D.R. n.º 44, Série I-B de 2002-02-21](#)

Ministério do Trabalho e da Solidariedade

Aprova o suporte de informação para a inscrição das entidades empregadoras no sistema de solidariedade e segurança social, mod. RV1011-DGSSS

[Parecer do Comité Económico e Social de 2002-02-21](#)

Comunicação da Comissão ao Conselho, Parlamento Europeu, Comité económico e Social e Comité das Regiões – Segurança das redes e da informação: proposta de abordagem de uma política Europeia
(2002/C 48/07)

[Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões de 2002-02-05](#)

Relatório de avaliação do desempenho da iniciativa *eEurope - eEurope 2002*
[COM (2002) 62 final. Não publicada no Jornal Oficial]

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 22/2002. D.R. n.º 26, Série I-B de 2002-01-31](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Determina a referenciação dos sítios da Internet do Estado e a publicação de publicidade do Estado em sítios da Internet operados por terceiros

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 21/2002. D.R. n.º 26, Série I-B de 2002-01-31](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Determina a adoção na Administração Pública de planos de gestão da aquisição, uso e atualização de programas de computador e aprova medidas relativas à utilização dos mesmos

[Resolução do Conselho da União Europeia de 2002-01-28](#)

Sobre uma abordagem comum e ações específicas no domínio da segurança das redes e da informação
(2002/C 43/02)

[Resolução do Conselho da União Europeia de 2002-01-21](#)

Sobre a cultura e a Sociedade do Conhecimento
(2002/C 32/01)

[Decreto-Lei n.º 8-B/2002. D.R. n.º 12, Série I-A, Suplemento de 2002-01-15](#)

Ministério do Trabalho e da Solidariedade

Estabelece normas destinadas a assegurar a inscrição das entidades empregadoras no sistema de solidariedade e segurança social e a gestão, pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, do processo de cobrança e pagamento das contribuições e quotizações devidas à segurança social

[Portaria n.º 52/2002. D.R. n.º 10, Série I-B de 2002-01-12](#)

Ministério das Finanças

Aprova o modelo de impresso para pedido de autorização para utilização de um sistema de faturação eletrónica

2001

[Portaria n.º 1467/2001. D.R. n.º 300, Série I-B de 2001-12-29](#)

Ministério do Trabalho e da Solidariedade

Aprova o modelo de declaração de remunerações

[Convenção sobre Cibercrime do Conselho da Europa 2001-11-23](#)

Acorda medidas relativas ao cibercrime a serem tomadas a nível nacional e aspetos de cooperação internacional.

[Despacho n.º 23632/2001. D.R. n.º 270, Série II de 2001-11-21](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Gabinete do Primeiro-Ministro

Nomeia a presidente da comissão interministerial do Programa Integrado de Apoio à Inovação (PROINOV)

[Decreto-Lei n.º 287/2001. D.R. n.º 259, Série I-A de 2001-11-08](#)

Ministério do Equipamento Social

Estabelece o regime aplicável à oferta de acesso condicional aos serviços de televisão, de radiodifusão e da sociedade de informação, à respetiva proteção jurídica, bem como aos equipamentos de utilizador que lhe estão associados

[Additional Protocol to the Convention for the Protection of Individuals with Regard to Automatic processing of Personal Data, Regarding Supervisory Authorities and Transborder Data Flows de 2001-11-08](#)

Acorda na criação em cada estado subscritor de uma entidade independente para supervisionar o cumprimento das medidas previstas na convenção e em aspetos de fluxos de dados pessoais através de fronteiras para um recetor que não está sujeito à jurisdição da convenção

[Portaria n.º 1214/2001. D.R. n.º 246, Série I-B de 2001-10-23](#)

Ministério das Finanças

Estabelece normas relativas ao envio por correio eletrónico da declaração periódica de rendimentos e das declarações anuais de informação contabilística e fiscal aos sujeitos passivos de IRC e IRS

[Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social das regiões de 2001-09-25](#)

eEuropa 2002: acessibilidade dos sítios Web públicos e do respetivo conteúdo

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 138/2001. D.R. n.º 201, Série I-B de 2001-08-30](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Determina as medidas de criação do portal do Governo e define os respetivos objetivos e regras de manutenção e atualização

[Portaria n.º 1039/2001. D.R. n.º 198, Série I-B de 2001-08-27](#)

Ministério do Trabalho e da Solidariedade

Estabelece normas relativas ao envio por correio eletrónico da declaração de remunerações que os contribuintes estão obrigados a entregar nos serviços competentes do sistema de solidariedade e segurança social. Revoga o **[Despacho n.º 3172/99](#)**, de 20 de janeiro, D.R. (II Série) de 16 de fevereiro

[Portaria n.º 1013/2001. D.R. n.º 193, Série I-B de 2001-08-21](#)

Ministérios da Educação, do Trabalho e da Solidariedade e da Ciência e da Tecnologia

Estabelece os critérios de credenciação das entidades que conferem o diploma de competências básicas em tecnologias da informação, o modelo e o sistema de emissão do mesmo e demais requisitos e formalidades relativos à sua obtenção

[Portaria n.º 1010/2001. D.R. n.º 191, Série I-B de 2001-08-18](#)

Ministério da Juventude e do Desporto

Cria o programa "Geração *millennium*". Tem como objetivo possibilitar a jovens com idades entre os 10 e os 18 anos a aquisição de competências básicas em tecnologias da informação e da comunicação.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 108/2001. D.R. n.º 185, Série I-B de 2001-08-10](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece o regime da celebração de protocolos de modernização administrativa

[Despacho conjunto n.º 729/2001. D.R. n.º 184, Série II de 2001-08-09](#)

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e da Reforma do Estado e da Administração Pública

Determina a criação, na Presidência do Conselho de Ministros, do Gabinete do PROINOV — Programa Integrado de Apoio à Inovação, criado pela **[Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2001](#)**, de 24 de maio, com o objetivo de fornecer o apoio técnico à coordenação interministerial, prevista nos n.ºs 4, 5 e 7 daquela resolução, e executar as iniciativas de caráter transversal que o Programa requer.

[Despacho n.º 14715/2001. D.R. n.º 161, Série II de 2001-07-13](#)

Ministério da Ciência e da Tecnologia

Gabinete do Ministro

É aprovado o Regulamento do Fundo de Apoio à Dinamização da Sociedade da Informação em Portugal do Programa Operacional Sociedade de Informação.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2001. D.R. n.º 154, Série I-B de 2001-07-05](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Cria o cartão comum do cidadão

[Recomendação do Conselho de 2001-06-25](#)

Relativa a um serviço de 24 horas por dia de combate ao crime de alta tecnologia

(2001/C 187/02)

[Decisão da Comissão 2001/497/CE de 2001-06-15](#)

Relativa às cláusulas contratuais-tipo aplicáveis à transferência de dados pessoais para países terceiros, nos termos da **[Diretiva 95/46/CE](#)** (*Texto relevante para efeitos do EEE*) [notificada com o número C(2001) 1539]

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2001. D.R. n.º 120, Série I-B de 2001-05-24](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o desenvolvimento de uma política integrada de apoio à inovação no quadro das políticas europeias e nacionais sobre competitividade, inovação e coesão

[Retificação à Diretiva 2001/29/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 2001-06-22](#)

Relativa à harmonização de certos aspetos do direito de autor e dos direitos conexos na sociedade da informação

[Diretiva 2001/29/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 22 de maio de 2001](#)

Harmonização de certos aspetos do direito de autor e dos direitos conexos na sociedade da informação

[Decreto-Lei n.º 153/2001. D.R. n.º 105, Série I-A de 2001-05-07](#)

Ministério da Ciência e da Tecnologia

Estabelece regras em matéria de alienação a título gratuito de equipamento informático pelos organismos da administração central no quadro dos respetivos processos de reequipamento e atualização de material informático

[Decreto-Lei n.º 143/2001. D.R. n.º 97, Série I-A de 2001-04-26](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Transpõe para a ordem jurídica interna a **[Diretiva n.º 97/7/CE, do Parlamento](#)** Europeu e do Conselho, de 20 de maio, relativa à proteção dos consumidores em matéria de contratos celebrados a distância, regula os contratos ao domicílio e equiparados, as vendas automáticas e as vendas especiais esporádicas e estabelece modalidades proibidas de vendas de bens ou de prestação de serviços

[Parecer do Comité Económico e Social de 2001-04-25](#)

Os efeitos do comércio eletrónico sobre o mercado único (OMU)
(2001/C 123/01)

[Parecer do Comité Económico e Social de 2001-04-25](#)

Sobre a proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade no setor das comunicações eletrónicas
(2001/C 123/11)

[Decreto-Lei n.º 140/2001. D.R. n.º 96, Série I-A de 2001-04-24](#)

Ministério da Ciência e da Tecnologia

Cria o diploma de competências básicas em tecnologias da informação

[Parecer do Comité Económico e Social de 2001-04-20](#)

Proposta de decisão do conselho que adota um programa comunitário plurianual para estimular a utilização de conteúdos digitais Europeus nas redes mundiais e promover a diversidade linguística na sociedade da informação
(2001/C 116/06)

[Decreto-Lei n.º 106/2001. D.R. n.º 82, Série I-A de 2001-04-06](#)

Ministério do Trabalho e da Solidariedade

Institui a obrigatoriedade de as entidades empregadoras que tenham número igual ou superior a 10 trabalhadores ao seu serviço procederem à declaração das remunerações dos mesmos em suporte digital ou através de Internet, nos serviços do sistema de solidariedade e segurança social

[Comunicação da Comissão ao Conselho Europeu de Estocolmo, de 23 a 24 de março de 2001 de 2001-03-13](#)

eEurope 2002: Impacto e prioridades
[COM(2001) 140 final. Não publicada no Jornal Oficial]

[Resolução n.º 32/2001. D.R. n.º 52, Série II de 2001-03-02](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Conselho de Ministros

Determina a publicitação, em anexo, do relatório de peritos elaborado em cumprimento da Resolução do Conselho de Ministros relativa à aquisição de bens e serviços por via eletrónica pela Administração Pública (*[Resolução n.º 143/2000, de 27 de setembro](#)*)

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2001. D.R. 51, Série I-B de 2001-03-01](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Confere mandatos para a propositura de medidas que estimulem o apoio à aquisição de computadores e outro material informático pelos funcionários públicos e trabalhadores, bem como à disponibilização aos mesmos desse equipamento pelas suas entidades patronais

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2001. D.R. n.º 51, Série I-B de 2001-03-01](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Determina a constituição de um sítio na Internet onde sejam publicitados os concursos de pessoal por parte de organismos públicos e de um sítio para a publicitação de oferta de emprego científico e tecnológico, conferindo mandatos a membros do Governo para a respetiva implementação

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 22/2001. D.R. n.º 49, Série I-B de 2001-02-27](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Revê a avaliação dos sites na Internet de organismos integrados na administração direta e indireta do Estado

[Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões de 2001-01-26](#)

Criar uma Sociedade da Informação mais segura reforçando a segurança das infraestruturas de informação e lutando contra a cibercriminalidade

[COM (2000) 890 final. Não publicada no Jornal Oficial].

[Decreto-Lei n.º 12/2001. D.R. n.º 21, Série I-A de 2001-01-25](#)

Ministério da Justiça

Permite o pedido de certificados de admissibilidade de firma ou denominação e de certidões de atos de registos por via eletrónica

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2001. D.R. n.º 6, Série I-B de 2001-01-08](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Cria um grupo de trabalho que assegura a ligação entre os operadores UMTS, o ICP e a Comissão Interministerial para a Sociedade da Informação, com vista à monitorização das obrigações assumidas pelos operadores UMTS

[Portaria n.º 8-A/2001. D.R. n.º 2, Série I-B, Suplemento de 2001-01-03](#)

Ministério da Justiça

Altera a [Portaria n.º 1178-E/2000](#) de 15 de dezembro (*determina que as peças processuais a apresentar em suporte digital devam sê-lo em disquette de 3,5" ou em CD-ROM*)

2000

[Decisão 2001/48/CE do Conselho de 2000-12-22](#)

Adota um programa comunitário plurianual para estimular o desenvolvimento e a utilização de conteúdos digitais europeus nas redes mundiais e promover a diversidade linguística na sociedade da informação

[Regulamento \(CE\) n.º45/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho de 2000-12-18](#)

Relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos comunitários e à livre circulação desses dados

[Portaria n.º 1178-E/2000. D.R. n.º 288, Série I-B, 3.º Suplemento de 2000-12-15](#)

Ministério da Justiça

Determina que as peças processuais a apresentar em suporte digital devam sê-lo em *disquette* de 3,5" ou em *CD-ROM*

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 156/2000. D.R. n.º 265 Série I-B de 2000-11-16](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Cria, no âmbito do INFOCID - Sistema Interdepartamental de Informação ao Cidadão, o Serviço Público Direto

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 155/2000. D.R. n.º 264, Série I-B de 2000-11-15](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Assegura, através do Instituto para a Gestão das Lojas do Cidadão, o desenvolvimento progressivo de uma rede de postos de atendimento ao cidadão, garantindo um atendimento personalizado com recurso às novas tecnologias, mediante o acesso remoto a serviços públicos disponibilizados através da rede privativa de comunicações das Lojas do Cidadão

[Decisão da Comissão n.º 2000/709/CE de 2000-11-06](#)

Sobre os critérios mínimos a ter em conta pelos Estados-Membros ao designarem as entidades previstas no n.º 4 do artigo 3.º da [Diretiva](#)

[1999/93/CE](#) do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a um quadro comunitário para as assinaturas eletrónicas [notificada com o nº C(2000) 3179]

[Resolução do Conselho da União Europeia de 2000-10-03](#)

Relativa à organização e à gestão da Internet
(2000/C 293/02)

[Decreto Regulamentar n.º 16/2000. D.R. n.º 228, Série I-B de 2000-10-02](#)

Ministério da Ciência e da Tecnologia

Regulamenta o [Decreto-Lei n.º 375/99](#) de 18 de setembro, que estabelece a equiparação entre fatura emitida em suporte de papel e a fatura eletrónica

[Resolução n.º 143/2000. D.R. n.º 224, Série II de 2000-09-27](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Conselho de Ministros

Aquisição de bens por via eletrónica pela Administração Pública

[Decreto-Lei n.º 234/2000. D.R. n.º 222, Série I-A de 2000-09-25](#)

Ministério da Ciência e da Tecnologia

Cria o Conselho Técnico de Credenciação como estrutura de apoio ao Instituto das Tecnologias da Informação na Justiça no exercício das funções de autoridade credenciadora de entidades certificadoras de assinaturas digitais

[Portaria n.º 1370/2000. D.R. n.º 211, Série II de 2000-09-12](#)

Ministério das Finanças

Define as características do contrato de seguro obrigatório de responsabilidade civil a que se refere a alínea d) do artigo 12º do [Decreto-Lei nº 290-D/99](#), de 2 de agosto, que aprova o regime jurídico dos documentos eletrónicos e da assinatura digital

[Proposta alterada de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho](#)

Relativa a certos aspetos jurídicos do comércio eletrónico no mercado interno COM(1999) 427 final . 98/0325(COD)
(2000/C 248 E/04)

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/2000. D.R. n.º 193, Série I-B de 2000-08-22](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova a Iniciativa Internet e adota o respetivo plano de ação

[Resolução n.º 114/2000. D.R. n.º 190, Série II de 2000-08-18](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Conselho de Ministros

Estabelece o enquadramento institucional da atividade do Governo em matéria de sociedade da informação. Cria a Comissão Intersectorial para a Sociedade da Informação

[Decreto-Lei n.º 183/2000. D.R. n.º 184, Série I-A de 2000-08-10](#)

Ministério da Justiça

Artº 1º – Altera, entre outros, o art.º 143º do Código de Processo Civil, que estabelece regime prevendo a prática de atos processuais através de telecópia ou correio eletrónico, mesmo fora do horário de funcionamento dos tribunais

[Programa Operacional Sociedade da Informação](#)

Programa inserido no Eixo prioritário nº 1 do QCA III

(<http://www.fct.mctes.pt/pt/programasinvestimento/posi/posifiles/posi.html>)

[Decreto-Lei n.º 146/2000. D.R. n.º 164, Série I-A de 2000-07-18](#)

Ministério da Justiça

Artº 18º, nº3, alínea i) - Comete ao Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça a atribuição de exercício de funções de autoridade credenciadora de entidades certificadoras.

[Decreto-Lei n.º 122/2000. D.R. n.º 152, Série I-A de 2000-07-04](#)

Ministério da Cultura

Transpõe para a ordem jurídica interna a [Diretiva n.º 96/9/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março, relativa à proteção jurídica das bases de dados

[Despacho Normativo n.º 28/2000. D.R. n.º 150, Série I-B de 2000-07-01](#)

Ministério das Finanças

Determina que o cumprimento de comunicação à respetiva entidade de coordenação sectorial dos dados relativos às locações e aquisições onerosas ou gratuitas de bens e serviços de informática seja concretizado através do fornecimento dos dados previstos num novo modelo

[Uma Sociedade da Informação para Todos](#)

Plano de Ação preparado pelo Conselho e pela Comissão Europeia para o Conselho Europeu da Feira 19-20 de junho de 2000

[Diretiva 2000/31/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 2000-06-08](#)

Relativa a certos aspetos legais dos serviços da sociedade de informação, em especial do comércio eletrónico, no mercado interno (*Diretiva sobre o comércio eletrónico*)

[Declaração de Retificação n.º 6-C/2000. D.R. n.º 126, Série I-A, 2º Suplemento de 2000-05-31](#)

Presidência do Conselho de Ministros

De ter sido retificado o [Decreto-Lei n.º 58/2000](#), do Ministério da Economia, que transpõe para o direito interno a [Diretiva n.º 98/48/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de julho, relativa aos procedimentos de informação no domínio das normas e regulamentações técnicas e as regras

relativas aos serviços da sociedade da informação, publicado no Diário da República, 1.ª Série, n.º 92, de 18 de abril de 2000

[Decisão 2000/375/JAI do Conselho Europeu, de 29 de maio](#)

Sobre o combate à pornografia infantil na Internet

[Despacho n.º 8400/2000. D.R. n.º 92, Série II de 2000-04-18](#)

Ministério da Ciência e da Tecnologia

Gabinete do Ministro

É criada junto do Gabinete do Ministro da Ciência e da Tecnologia uma unidade de apoio à Iniciativa Nacional para os Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação — ACNESI.

[Decreto-Lei n.º 58/2000. D.R. n.º 92, Série I-A de 2000-04-18](#)

Ministério da Economia

Transpõe para o direito interno a [Diretiva n.º 98/48/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de julho, relativa aos procedimentos de informação no domínio das normas e regulamentações técnicas e às regras relativas aos serviços da sociedade da informação

[Posição Comum \(CE\) n.º 22/2000 de 2000-02-28](#)

Adotada pelo Conselho deliberando nos termos do procedimento previsto no artigo 251 do Tratado que institui a Comunidade Europeia, tendo em vista a adoção de uma Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a certos aspetos legais dos serviços da Sociedade da Informação, em especial do comércio eletrónico, no mercado interno.

1999

[Diretiva 1999/93/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 1999-12-13](#)

Relativa a um quadro legal comunitário para as assinaturas eletrónicas

[Decreto-Lei n.º 461/99. D.R. n.º 258, Série I-A de 1999-11-05](#)

Ministério da Justiça

Regula a transmissão e receção de documentos por telecópia nos serviços dos registos e do notariado

[Despacho Normativo n.º 48/99. D.R. n.º 248, Série I-B de 1999-10-23](#)

Ministério da Economia

Altera o anexo III do [Despacho Normativo n.º 84/95](#), de 27 de dezembro, alterado pelos [Despachos Normativos n.ºs 13/96](#), de 10 de abril, e [26/99](#), de 12 de maio (*aprova o regime de apoio específico aplicável aos projetos desenvolvidos no setor das tecnologias de informação, eletrónica e comunicações - PRATIC*)

[Decreto-Lei n.º 375/99. D.R. n.º 219, Série I-A de 1999-09-18](#)

Ministério da Ciência e da Tecnologia

Estabelece a equiparação entre a fatura emitida em suporte papel e a fatura eletrónica

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/99. D.R. n.º 199, Série I-B de 1999-08-26](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece regras relativas à acessibilidade pelos cidadãos com necessidades especiais aos conteúdos de organismos públicos na Internet

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 96/99. D.R. n.º 199, Série I-B de 1999-08-26](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Cria a Iniciativa Nacional para os Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação e aprova o respetivo documento orientador

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 95/99. D.R. n.º 198, Série I-B de 1999-08-25](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Determina a disponibilização na Internet de informação detida pela Administração Pública

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/99. D.R. n.º 198, Série I-B de 1999-08-25](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o Documento Orientador da Iniciativa Nacional para o Comércio Eletrónico

[Decreto-Lei n.º 290-D/99. D.R. n.º 178, Série I-A, Suplemento de 1999-08-02](#)

Ministério da Ciência e da Tecnologia

Aprova o regime jurídico dos documentos eletrónicos e da assinatura digital

[Decisão n.º 1720/1999/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 1999-07-12](#)

Adota uma série de ações e medidas destinadas a garantir a interoperabilidade das redes transeuropeias para o intercâmbio eletrónico de dados entre administrações (IDA) e o acesso a essas redes

[Decisão n.º 1719/1999/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 1999-07-12](#)

Relativa a uma série de orientações, incluindo a identificação de projetos de interesse comum, respeitantes a redes transeuropeias para o intercâmbio eletrónico de dados entre administrações (IDA)

[Decreto-Lei n.º 197/99. D.R. n.º 132, Série I-A de 1999-06-08](#)

Ministério das Finanças

Transpõe para a ordem jurídica interna as [Diretivas n.ºs 592/50/CEE](#), do Conselho, de 18 de junho, [93/36/CEE](#), do Conselho, de 14 de junho, e [97/52/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de outubro, e estabelece o regime de realização de despesas públicas com locação e aquisição de bens e serviços, bem como da contratação pública relativa à locação e aquisição de bens móveis e serviços

[Decreto-Lei n.º 196/99. D.R. n.º 132/99, Série I-A de 1999-06-08](#)

Ministério das Finanças

Fixa as regras gerais relativas à coordenação da aquisição e utilização de tecnologias de informação na Administração Pública e estabelece regras específicas para a locação, sob qualquer regime, ou a aquisição de bens ou serviços de informática

[Portaria n.º 271/99. D.R. n.º 86, Série I-B de 1999-04-13](#)

Ministério das Finanças

Estabelece as regras procedimentais relativas à atribuição do número fiscal das pessoas singulares pelas repartições de finanças que disponham de adequados meios informáticos

[Resolução n.º 41/99. D.R. n.º 80, Série II de 1999-04-06](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Prorroga o mandato da Equipa de Missão para a Sociedade da Informação e do respetivo Presidente

[Despacho n.º 3172/99. D.R. n.º 39, Série II de 1999-02-16](#)

Ministério do Trabalho e da Solidariedade

Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Social e das Relações Laborais

Determina que as folhas de remunerações que as entidades contribuintes estão obrigadas a entregar mensalmente, às instituições de segurança social, podem ser remetidas por suporte informático.

[Decreto-Lei n.º 41-A/99. D.R. n.º 33, Série I-A, 1º Suplemento de 1999-02-09](#)

Ministério do Trabalho e da Solidariedade

Aprova os Estatutos do Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade

[Decisão do Conselho da União Europeia de 1999-01-25](#)

Que adota um programa específico de investigação, desenvolvimento tecnológico e demonstração no domínio "Sociedade da informação convival" (1998-2002)
(1999/168/CE)

[Decisão n.º 276/1999/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 1999-01-25](#)

Que adota um plano de ação comunitário plurianual para fomentar uma utilização mais segura da Internet através do combate aos conteúdos ilegais e lesivos nas redes mundiais

[Resolução do Conselho da União Europeia de 1999-01-19](#)

Sobre os aspetos relativos ao consumidor na sociedade da informação
(1999/C 23/01)

1998

[Declaração de Retificação n.º 22/98](#)

Assembleia da República

De ter sido retificada a **[Lei n.º 67/98](#)** [*Lei da Proteção de Dados Pessoais (transpõe para a ordem jurídica portuguesa a **[Diretiva n.º 95/46/CE](#)**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de outubro de 1995, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento dos dados pessoais e à livre circulação desses dados), publicada no Diário da República, 1.ª série-A, n.º 247, de 26 de outubro de 1998]*

[Lei n.º 74/98. D.R. n.º 261, Série I-A de 1998-11-11](#)

Assembleia da República

Publicação, identificação e formulário dos diplomas

[Lei n.º 69/98. D.R. n.º 249, Série I-A de 1998-10-28](#)

Assembleia da República

Regula o tratamento dos dados pessoais e a proteção da privacidade no setor das telecomunicações (*transpõe a **[Diretiva n.º 97/66/CE](#)**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de dezembro de 1997)*

[Lei n.º 67/98. D.R. n.º 247, Série I-A de 1998-10-26](#)

Assembleia da República

Lei da Proteção de Dados Pessoais (*transpõe para a ordem jurídica portuguesa a **[Diretiva n.º 95/46/CE](#)**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de outubro de 1995, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento dos dados pessoais e à livre circulação desses dados)*

[Decreto Regulamentar Regional n.º 12/98/M. D.R. n.º 214, Série I-B de 1998-09-16](#)

Região Autónoma da Madeira

Presidência do Governo

Altera a Lei Orgânica do Núcleo Estratégico da Sociedade de Informação (NESI), aprovada pelo **[Decreto Regulamentar Regional n.º 1/98/M](#)**, de 27 de janeiro

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/98. D.R. n.º 201, Série I-B de 1998-09-01](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Cria a Iniciativa Nacional para o Comércio Eletrónico

[Decreto-Lei n.º 184/98. D.R. n.º 153, Série I-A de 1998-07-06](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova a nova Lei Orgânica do Centro de Gestão da Rede Informática do Governo (CEGER)

[Diretiva n.º 98/34/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 1998-06-22](#)

Relativa aos procedimentos de informação no domínio das normas e regulamentações técnicas e às regras relativas aos serviços da sociedade da informação, na redação que lhe foi dada pela **[Diretiva n.º 98/48/CE](#)**, de 20 de julho, do Parlamento Europeu e do Conselho.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/98. D.R. n.º 104, Série I-B de 1998-05-06](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Determina a existência de um endereço de correio eletrónico nos serviços e organismos integrados na administração direta e indireta do Estado e regula o valor a atribuir à correspondência transmitida por via eletrónica

[Decreto-Lei n.º 58/98. D.R. n.º 64, Série I-A de 1998-03-17](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Enquadra a aquisição de bens e serviços de informática necessários à transição para o ano 2000 na alínea c) do n.º 1 do artigo 36.º do **[Decreto-Lei n.º 55/95](#)**, de 24 de março

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/98. D.R. n.º 27, Série I-B de 1998-02-02](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Define um conjunto de medidas dirigidas ao tratamento de problemas relacionados com o não reconhecimento do ano 2000 por parte de alguns sistemas informáticos e à concretização na Administração Pública dos objetivos enunciados no Livro Verde para a Sociedade da Informação

[Decreto Regulamentar Regional n.º 1/98/M. D.R. n.º 22, Série I-B de 1998-01-27](#)

Região Autónoma da Madeira

Presidência do Governo

Sociedade de Informação

[Despacho n.º 377/98. D.R. n.º 6, Série II de 1998-01-08](#)

Ministério da Administração Interna

Gabinete do Ministro

Autoriza a realização de uma experiência de voto eletrónico por ocasião das eleições autárquicas a realizar em 14 de dezembro de 1997

1997

[Lei n.º 127-B/97. D.R. n.º 293, Série I-A, 2.º Suplemento de 1997-12-20](#)

Assembleia da República

Orçamento do Estado para 1998 (*Introduz no Estatuto dos Benefícios Fiscais deduções na aquisição de computadores e outros equipamentos informáticos Artigo 49.º-D*)

[Diretiva 97/66/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 1997-12-15](#)

Relativa ao tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade no setor das telecomunicações

[Despacho Normativo n.º 42/97. D.R. n.º 178, Série I-B de 1997-08-04](#)

Ministério da Economia

Alarga o âmbito do Programa de Dinamização das Tecnologias de Informação, Eletrónica e Comunicações (PRATIC) às empresas de crescente valor das tecnologias multimédia e de atividades subjacentes à sociedade de informação

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/97. D.R. n.º 103 Série I-B de 1997-05-05](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Regulamenta o registo e gestão dos nomes de domínios da Internet para Portugal

[Decreto-Lei n.º 334/97. D.R. n.º 275, Série I-A de 1997-11-27](#)

Ministério da Cultura

Transpõe para a ordem jurídica interna a [Diretiva n.º 93/98/CEE](#), do Conselho, de 29 de outubro, relativa à harmonização do prazo de proteção dos direitos de autor e de certos direitos conexos

[Decreto-Lei n.º 19/97. D.R. n.º 17, Série I-A de 1997-01-21](#)

Ministério das Finanças

Prevê que a atribuição dos números de identificação fiscal às pessoas coletivas e equiparadas passe a ser da competência da Direção-Geral dos Impostos, depois da adequada implementação de um sistema informático para esse efeito

1996

[Lei n.º 52/96. D.R. n.º 299, Série I-A de 1996-12-27](#)

Assembleia da República

Alteração, por ratificação, do [Decreto-Lei n.º 84/96](#) de 29 de junho (*define as condições legais aplicáveis à concessão de apoios por parte do Estado ao setor da comunicação social, bem como à coordenação e à distribuição da publicidade do Estado, em especial pelas rádios locais e regionais e pela imprensa regional*)

[Resolução do Conselho da União Europeia de 1996-07-25](#)

Relativa à edição eletrónica e às bibliotecas

[Resolução n.º 37/96. D.R. n.º 153, Série II de 1996-07-04](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Nomeia o presidente da Equipa de Missão para a Sociedade da Informação.

[Decreto-Lei n.º 84/96. D.R. n.º 149, Série I-A de 1996-06-29](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Define as condições legais aplicáveis à concessão de apoios por parte do Estado ao setor da comunicação social, bem como à coordenação e à distribuição da publicidade do Estado, em especial pelas rádios locais e regionais e pela imprensa regional

[Decreto-Lei n.º 78/96. D.R. n.º 141, Série I-A de 1996-06-20](#)

Ministério das Finanças

Altera a redação de alguns preceitos do [Decreto-Lei n.º 64/94](#), de 28 de fevereiro (*estabelece os princípios gerais relativos à aquisição ou locação de bens e serviços de informática pela Administração Pública*)

[Portaria n.º 209/96. D.R. n.º 135, Série I-B de 1996-06-12](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Fixa a percentagem do custo global das campanhas de publicidade do Estado a distribuir pelas rádios locais e regionais e pela imprensa regional. Revoga a [Portaria n.º 1/91](#) de 2 de janeiro, que estabelece que a Direção-Geral da Comunicação Social organize um serviço de registo de agências de publicidade

[Resolução n.º 16/96. D.R. n.º 69, Série II de 1996-03-21](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Mandata o Ministro da Ciência e da Tecnologia para promover um debate nacional tendo em vista a preparação de um Livro Verde sobre a Sociedade da Informação e cria a Equipa de Missão para a Sociedade da Informação

[Diretiva n.º 96/9/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 1996-03-11](#)

Relativa à proteção jurídica das bases de dados

1995

[Diretiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 1995-10-24](#)

Relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados

[Resolução do Conselho da União Europeia de 1995-04-04](#)

Sobre cultura e multimedia

[Declaração de retificação n.º 2-A/95. D.R. n.º 26, Série I-A, 3.º Suplemento de 1995-01-31](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Secretaria-Geral

De ter sido retificado o [Decreto-Lei n.º 252/94](#) da Presidência do Conselho de Ministros, que transpõe para a ordem jurídica interna a [Diretiva n.º 91/250/CEE](#), do Conselho, de 14 de maio, relativa ao regime de proteção jurídica dos programas de computador, publicado no Diário da República, n.º 243, de 20 de outubro de 1994

1994

[Decreto-Lei n.º 252/94. D.R. n.º 243, Série I-A de 1994-10-20](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Transpõe para a ordem jurídica interna a [Diretiva n.º 91/250/CEE](#), do Conselho, de 14 de maio, relativa ao regime de proteção jurídica dos programas de computador

[Recomendação da Comissão das Comunidades Europeias de 1994-10-19](#)

Relativa aos aspetos jurídicos da transferência eletrónica de dados (*Texto relevante para efeitos do EEE*)
(94/820/CE)

[Lei n.º 28/94. D.R. n.º 199, Série I-A de 1994-08-29](#)

Assembleia da República

Aprova medidas de reforço da proteção de dados pessoais Revogada pela [Lei n.º 67/98, de 1998-10-26](#) [*Lei da Proteção de Dados Pessoais (transpõe para a ordem jurídica portuguesa a [Diretiva n.º 95/46/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de outubro de 1995, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento dos dados pessoais e à livre circulação desses dados)*]

[Resolução da Assembleia da República n.º 53/94. D.R. n.º 191, Série I-A de 1994-08-19](#)

Assembleia da República

Regulamento da Comissão Nacional de Proteção de Dados Pessoais Informatizados

[Lei n.º 2/94. D.R. n.º 42, Série I-A de 1994-02-19](#)

Assembleia da República

Estabelece os mecanismos de controlo e fiscalização do Sistema de Informação Schengen

1992

[Decisão do Conselho n.º 92/242/CEE, de 1992-03-31](#)

No domínio da segurança dos sistemas de informação

1991

[Lei n.º 109/91. D.R. n.º 188, Série I-A de 1991-08-17](#)

Assembleia da República

Lei da criminalidade informática

[Diretiva 91/250/CEE do Conselho, de 14 de maio](#)

Relativa à proteção jurídica dos programas de computador

[Lei n.º 10/91. D.R. n.º 98, Série I-A de 1991-04-29](#)

Assembleia da República

Lei da Proteção de Dados Pessoais face à Informática. Revogada pela [Lei n.º 67/98, de 1998-10-26](#) [Lei da Proteção de Dados Pessoais (transpõe para a ordem jurídica portuguesa a [Diretiva n.º 95/46/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de outubro de 1995, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento dos dados pessoais e à livre circulação desses dados)]

1990

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/90. D.R. n.º 49, Série I, Suplemento de 1990-02-28](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova as instruções sobre a segurança informática (Normas SEGNAC 4)

1987

[Decisão do Conselho de 1987-12-14](#)

Relativa a um programa comunitário no domínio das tecnologias das telecomunicações – I & D (Investigação e Desenvolvimento) – sobre as tecnologias de ponta na Europa (Programa RACE)
(88/28/CEE)

1985

[Résolution du Conseil et des ministres responsables des affaires culturelles, réunis au sein du Conseil, du 27 septembre 1985](#)

Concernant la collaboration entre bibliothèques dans le domaine de l'informatique

Não existe esta versão em português

1981

[Convenção 108 do Conselho da Europa de 1981-01-08](#)

Acorda princípios gerais de proteção de dados e aspetos relativos ao fluxo de dados através de fronteiras e à assistência mútua em matéria de privacidade no processamento automático de dados pessoais, e cria uma comissão consultiva para acompanhar a aplicação da convenção.

Texto escrito conforme o Acordo Ortográfico - convertido pelo Lince.

Direção Geral da Segurança Social

Núcleo de Documentação e Divulgação

Lisboa, fevereiro 2013